

006ª SESSÃO ORDINÁRIA - 15FEV2012**(Texto com revisão final.)**

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Quero registrar a presença neste plenário de moradores, senhoras, senhores e crianças, das comunidades da Vila dos Herdeiros e do Recanto do Sabiá, que pertence a vocês, referente ao PLE nº 062/11 que será votado hoje, de interesse mútuo. Muito obrigado pela presença de vocês, sejam bem-vindos.

Registramos a presença do Sr. Kalil Sehbe, Secretário Estadual do Esporte e Lazer, e do Sr. Carlos Gomes, Deputado Estadual.

O SR. WALDIR CANAL (Requerimento): Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Exa., se possível, convidar para compor a Mesa o Deputado Carlos Gomes e o Secretário. E eu cedo o meu tempo de Liderança para o nosso Ver. José Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O tempo de Liderança, com certeza; mas o regulamento eu cumprirei como ele determina, que não há necessidade da presença dos convidados à Mesa, eu não abro exceção, enquanto eu for Presidente da Casa. Agora, quanto ao tempo de Liderança, evidentemente está atendido.

O SR. WALDIR CANAL: Compreendo V. Exa., mas que fique registrada a minha solicitação e a negativa de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Está registrado o seu pedido e a negativa do Presidente, com certeza, assumido, escrito, sacramentado e lavrado.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Haroldo, posso fazer um pedido de reconsideração?

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Não, eu não vou reconsiderar e não vou perder tempo, V. Exa. pode ter certeza que não. Muito obrigado.

O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Solicito a vocês, que são bem-vindos à Casa, silêncio, por favor, para que possamos ouvir o Vereador que toma posse hoje nesta Casa. Seja bem-vindo, Ver. José Freitas.

O SR. JOSÉ FREITAS: Excelentíssimo Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores e senhoras, este momento inaugura uma nova etapa em minha vida. Tenho a consciência do papel que Deus, muitas vezes, nos atribui. E Ele já me entregou responsabilidades diversas: a de marido, de pai, de conselheiro tutelar por duas gestões em Porto Alegre e de Diretor na Secretaria Estadual do Esporte e Lazer. No dia de hoje, Deus e a população colocam em minhas mãos uma missão especial: trabalhar pelo desenvolvimento econômico e social da Capital dos gaúchos no exercício da vereança. E eu assumo esse desafio com o mesmo comprometimento com que abracei outras empreitadas. Será um ano de mandato exercido com a seriedade que o cargo exige e ciente da responsabilidade autorizada pelos quase cinco mil votos que me trouxeram até aqui. É o momento de passar para uma nova etapa, mas também de reconhecer tantas contribuições ao meu aprendizado e a todos que, com toda a certeza, chegaram aqui junto comigo. Agradeço à equipe da Secretaria Estadual do Esporte e Lazer, liderada pelo Excelentíssimo Sr. Kalil Sehbe Neto, com quem trabalhei até este momento. Permita a mim a honra de seguir colaborando com a Pasta que V. Exa. comanda, convicto da necessidade da mútua colaboração entre os Poderes, para a conquista de mais qualidade de vida aos porto-alegrenses. Também, Secretário Sehbe, porque reconheço o seu envolvimento pessoal com as questões que interessam à população, razão pela qual afirmo que a minha

passagem pela Secretaria do Esporte ficará para sempre sublinhada em minha trajetória política e em minha memória.

Sou sabedor das dificuldades enfrentadas por Vossa Excelência. A estruturação de uma secretaria e o seu desenvolvimento não é para qualquer gestor. O que presenciei nesses 12 meses em que trabalhei na Secretaria Estadual do Esporte foi uma batalha incessante por resultados, já mostrando seus frutos para a sociedade.

Parabéns, Secretário Kalil Sehbe, à Diretora da Fundergs, Renita Dametto; parabéns a toda equipe da Secretaria do Esporte e Lazer, por onde passei e onde tenho hoje a alegria de contar com muitos amigos.

Manifesto a minha gratidão ao Partido Republicano Brasileiro, legenda que me acolheu e que tem um projeto de desenvolvimento para o Brasil; as lideranças e filiados do PRB de todo o Estado, com quem alimento o ideal republicano de uma sociedade mais promissora, mais humana e com menos desigualdades. Uma saudação ao Presidente Municipal do PRB, Ver. Waldir Canal, com quem passo a dividir a Bancada a partir de hoje. Em seu nome, saúdo todos os Vereadores do PRB que se fazem hoje aqui presentes. É também o momento de reiterar minha disposição em lutar ao seu lado, Ver. Waldir Canal, a fim de cumprir as metas do contrato de trabalho firmado pelo nosso Partido com a população de Porto Alegre.

Um fraterno abraço ao Presidente Estadual do Partido Republicano, Dep. Carlos Gomes, a quem sou grato e com quem compartilho muito mais do que uma legenda: temos uma história de fé, de trabalho e de amizade. A trajetória de V. Exa. é exemplo para mim, é referência para o Parlamento gaúcho e motivo de orgulho para os republicanos e republicanos de toda a nação.

Agradeço à minha esposa Rosa e também ao meu filho Lucas, que me empossaram nos cargos mais importantes que já assumi: de marido e de pai. Por todo o apoio, pelo amor alimentado diariamente, pela compreensão e pela presença confortante nos trechos mais áridos desta caminhada.

Quero fazer um agradecimento especial ao senhor meu pai, Aracy, que com seus 84 anos se faz hoje presente neste evento. Saiba, pai, que entre tantos conselhos que me deste, quando escolhi a Capital dos gaúchos para começar a minha vida, em 1985, me ensinou a ter caráter; da mesma forma, à minha

mãe, Gevaldina, que infelizmente partiu em setembro do ano passado. Agradeço também a todos os meus familiares que são parte do que sou hoje. Com a alma em paz, a mente serena e o coração feliz, manifesto minha sincera gratidão a Deus por mais essa missão.

Nobres colegas, firmo com os senhores e as senhoras o compromisso de honrar esta Cadeira. É papel do Legislativo porto-alegrense lutar por qualidade de vida a toda população, com especial atenção às camadas menos favorecidas. E eu me apresento em forma, como mais um soldado para a batalha. O Prefeito, José Fortunati, poderá contar comigo para todas as ações do Poder Executivo que contribuam para a construção da Porto Alegre que queremos.

Força Jovem Gaúcha, incentivadores do meu mandato, obrigado pelo apoio. Muito obrigado, meus colegas; muito obrigado, Porto Alegre! E que Deus abençoe a todos nós! (Manifestações nas galerias.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): (14h36min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PR nº 023/11. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PR nº 023/11.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, fui Relator deste Projeto de Lei na Comissão de Constituição e Justiça e, obviamente, ele tem todas as condições de tramitar e de ser aprovado na Casa, porque nós não desconhecemos, Sr. Presidente, o zelo com que o Vereador proponente do Projeto cuida das coisas que dizem respeito ao exercício do mandato parlamentar. Hoje, numa circunstância extremamente positiva, o Ver. Ismael Heinen está presente na Casa, exercendo na plenitude o mandato legislativo e obviamente acompanhando a votação que aqui vai ocorrer e que, certamente, dar-se-á por unanimidade na

aprovação deste Projeto de Lei que chegou ao Plenário da Casa por força do art. 81, conforme é regimentalmente permitido em circunstâncias similares à presente.

Então, eu quero deixar muito claro, até porque sou muito cuidadoso nesse particular, que eu só firmei esse parecer depois de o Ver. Ismael ter optado por outra legenda partidária que não a nossa, dado que, naquelas condições, eu me julgaria impedido, como correligionário, de examinar a legalidade do Projeto de Lei que eu reconhecia como absoluta. Hoje, esses vínculos partidários não me unem mais ao Ver. Heinen, mas se sobrepõem a isso os vínculos pessoais de respeito, de amizade, de quem sempre teve nele um companheiro muito leal, muito dedicado, muito sincero. Eu posso vir à tribuna cumprimentá-lo não só pela legalidade do Projeto, mas pela oportunidade do Projeto, que homenageia uma pessoa que, sob todos os aspectos, é merecedora da homenagem que a Casa, com certeza, irá lhe tributar.

Por isso, Ver. Ismael, eu faço esse registro que pode até parecer inopinado à medida que ocorre numa tarde em que a Casa se encontra mobilizada para vários outros eventos legítimos que aqui ocorrem, e, ao fazê-lo, eu não perco a oportunidade de fazer essas referências não só ao Projeto em si, mas principalmente à personalidade do seu proponente, que é Vossa Excelência, um homem que, com todos os méritos, a cidade de Porto Alegre merece como Vereador pelas suas qualificações pessoais. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Não há mais quem queira discutir a matéria. Em votação o PR nº 023/11. (Pausa.) O Ver. Ismael Heinen está com a palavra para encaminhar a votação do PR nº 023/11, como autor.

O SR. ISMAEL HEINEN: Exmo. Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; nobres colegas, Vereadoras, Vereadores, população de Porto Alegre que nos assiste direto nestes nossos debates em prol da comunidade; quero, inicialmente, deixar aqui registrado, em meu nome, um agradecimento todo especial pelas falas elogiosas do nosso colega Pujol tanto a respeito do Projeto quanto à minha pessoa. Ver. Pujol, fomos colegas de Bancada, e eu quero também

deixar registrado o quanto prezo esse tempo de aprendizado com V. Exa., do Partido Democratas. Deixo, com certeza, de minha parte, uma saudade muito grande desde agora. Por conveniências políticas, por contingências políticas, eu estou hoje no Partido Progressista, mas esse afastamento é apenas de Partido. Pujol, um baluarte desta Casa, um vencedor nato, representa as entranhas desta Casa, a maneira de ser; esta Casa funciona, digamos assim, ao som, aos embalos, ao ritmo de Reginaldo Pujol. Quero agradecer, de público, ao Pujol e dizer que estamos à disposição de V. Exa. também para futuros embates.

Encaminho este Projeto, Sr. Presidente, que concede a Comenda Porto do Sol ao Professor José Herculano Azambuja, cidadão porto-alegrense que, desde cedo, teve duas tendências profissionais muito acentuadas: uma, a carreira militar, ele ingressou na casa dos Sargentos, a ESA; e a outra, dedicado ao ensino. Esmerado professor, começou dando aulas particulares, ajudando crianças a suplantarem os seus deveres didáticos, licenciou-se em diversos ramos – matemática, pedagogia – e acabou formando um curso muito conhecido na nossa Cidade, Cursos Azambuja, que prepara jovens para as fileiras do Exército, da Marinha, da Brigada Militar, para concursos públicos, notabilizando-se no encaminhamento desses jovens numa licenciatura de conhecimento e também de ensinamento de comportamento e virtude. Temos hoje registro, em Porto Alegre, de cidadãos de todos os Estados brasileiros que passaram pelos seus bancos escolares, como, de resto, grandes bancos escolares da Cidade.

Eu tenho um grande prazer de ter proposto esta Comenda que a Câmara Municipal de Porto Alegre, tenho certeza, vai acolher para um cidadão que é a favor do ensino na nossa Cidade, um cidadão que faz um esforço particular em favor do ensino dos nossos jovens. Esse reconhecimento, tenho certeza, os meus colegas desta Câmara haverão de fazer a um homem como o Herculano – e a outros também –, que presta um trabalho hercúleo aos jovens, ao ensino, à educação. Muito obrigado pela atenção dos senhores; muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o PR nº 023/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Toni Proença, que solicita dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 062/11, de autoria do Ver. Toni Proença, à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 062/11. (Pausa.) O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; quero saudar a comunidade do Recanto do Sabiá e a da Vila dos Herdeiros, as lideranças do Jardim dos Coqueiros e todos que nos assistem, o Recanto do Sabiá é uma área de Porto Alegre que faz divisa com Alvorada, onde existe um arroio e uma preservação ambiental. O Prefeito José Fortunati esteve lá por diversas vezes. Sensibilizado, o Executivo, determinou às Secretarias que criassem ali um projeto de desafetação daquela área, garantindo dessa maneira a permanência e a moradia daquelas pessoas que estão lá, que não são poucas.

Venho a este microfone porque sou Relator deste Projeto e porque conheço a área e as dificuldades daquelas comunidades. Tanto estive na Vila dos Herdeiros como no Recanto do Sabiá, olhando as condições de moradia daquelas famílias.

Para que essas famílias, essas duas comunidades possam receber investimento público é preciso, sim, estar com a regularização fundiária encaminhada e concluída, para que possa começar a surgir o investimento do Município de Porto Alegre. Por quê? Porque sem investimentos não teremos creche, posto de saúde, calçamento, esgoto nem água. Por isso, venho a este microfone hoje apelar aos meus colegas Vereadores para que aprove o Projeto do Executivo, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que passou por

estudos de todas as Secretarias, que preserva o meio ambiente – houve essa preocupação, preservando e deixando uma distância de 15 metros, que é o que a lei permite – e dando condições de moradia e habitabilidade a esses trabalhadores que sofrem com sua moradia, muitas vezes usando recursos próprios, trabalhados, suados, para aplicar e construir uma casa melhor; ficam temerosos de investir aquele recurso que sobra do seu salário – quando sobra – porque não sabem se vão ficar ou sair.

Este projeto do Executivo, repito, vem garantir que o senhor ou a senhora, moradores dessas duas áreas, possam ir lá e melhorar a sua casa, melhorando as condições e a sua qualidade de vida, dos seus filhos e dos seus netos.

Por isso, apelo aqui, Ver. Dr. Raul Torelly, para a sensibilidade de todos os Vereadores, para que deem esse presente a essa comunidade, que muito luta por Porto Alegre e ajuda a fazer Porto Alegre. Depende de nós hoje, aqui, aprovarmos este Projeto para que mais de mil famílias possam ir dormir tranquilas, tirando a espada de sobre a cabeça, pensando que amanhã poderão ser removidas.

A partir da aprovação deste Projeto, que é do Executivo, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, essas famílias estarão liberadas para poder construir uma vida melhor para os seus.

Torno a repetir: foi levado em consideração, foi respeitado o meio ambiente, mas, principalmente, foram construídas dentro deste Projeto, pelo Executivo, as condições necessárias, garantindo moradia a todos que lá residem. Quero dizer aos senhores e às senhoras que vieram de lá até aqui: parabéns por este Projeto! Este Projeto veio do Executivo; este Projeto já passou pela Reunião Conjunta das Comissões e veio ao Plenário.

Eu quero, mais uma vez, dizer aos meus colegas Vereadores que esses moradores que hoje estão aqui, que essas comunidades que hoje estão aqui na busca da garantia da permanência e da construção de uma vida melhor para os seus devem sair daqui, sim, satisfeitos, sabendo que cumprimos a nossa função dentro desta Casa, como o Executivo cumpriu a dele e como os moradores cumpriram a deles.

Quero, se Deus quiser, ao final, ter essa satisfação de saber que vocês hoje vão poder receber investimentos no futuro para poder dar melhores condições de vida à comunidade de vocês.

Vocês sabem, moro na região, sou de lá, estamos juntos sempre nessa luta, com outros Vereadores, com outras lideranças, com as Secretarias, buscando sempre o melhor. Por isso, Sr. José, parabéns pela sua luta, parabéns pela luta de todos da comunidade! Contem com este Vereador, como contem com os outros, pois esta Casa é democrática e trabalha pelo bem comum da Cidade... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, foi muito elucidativa a fala do Ver. Paulinho Rubem Berta, que foi Relator desta matéria no âmbito das Comissões.

Venho aqui para fazer um registro, até porque, na condição de Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e hoje no exercício da vereança, tivemos participação ativa no desenvolvimento deste Projeto, juntamente com a Secretaria do Planejamento Municipal. E o que mais exerceu influência para que a Prefeitura Municipal e o próprio Prefeito Fortunati, que esteve recentemente, no seu roteiro de visitas às diferentes 17 Regiões do Orçamento Participativo, anunciando o protocolo deste Projeto aqui na Câmara lá na comunidade Recanto do Sabiá, o que mais foi levado em consideração pela SMAM e pela SPM, por orientação do Prefeito, foi exatamente a necessidade de promover a regularização fundiária e garantir dignidade a partir de habitação para todas essas pessoas que há muito tempo ocupam aquele espaço. Obviamente que a análise criteriosa por parte da SMAM e da SPM permitiu que não se afrontasse nenhum dos requisitos que pudessem agredir a ambiência natural desses espaços. Muito pelo contrário, lá estão essas famílias há muito tempo, e o processo de regularização fundiária e as posteriores edificações que vão se estabelecer nessas áreas, vão, certamente, a partir das

discussões preliminares que foram feitas para a elaboração deste Projeto, respeitar os requisitos de preservação ambiental e de sustentabilidade.

E é assim que caminham e devem caminhar todas as metrópoles. Não se pode mais conviver com cidades irregulares, com maior número de vilas, loteamentos e bairros irregulares do que aqueles que estão no mapa da cidade. Nós temos é que combater esse problema, combater esse foco e fazer com que as pessoas tenham acesso a uma política habitacional que contemple não só aquilo que atenda um ou outro interesse, mas uma política habitacional global, e é isso que tem sido promovido pelo Departamento Municipal de Habitação, tanto no período do Prefeito Fogaça como no período do Prefeito Fortunati.

E a prova principal está aqui, agora, na apreciação deste Projeto, que vai garantir efetivamente a dignidade e a moradia, tanto daqueles que estão na Vila dos Herdeiros como na Vila Recanto do Sabiá. São diferentes regiões, mas interesses comuns em favor da Cidade, em favor da dignidade das pessoas, porque casa é dignidade; habitação é direito de todos. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pelo Canal 16, público das galerias sejam bem-vindos à Casa do Povo; pessoal da Vila Recanto do Sabiá, da Vila dos Herdeiros, várias lideranças que a gente reconhece olhando daqui, quero dizer a vocês que nós, do Partido dos Trabalhadores, votaremos a favor deste Projeto, de desafetação dessas duas áreas, por conhecermos *in loco* cada uma dessas regiões e sabermos das dificuldades que cada um de vocês enfrenta, no dia a dia, nas suas moradias, porque o Poder Público tem dificuldade de realizar as obras necessárias, tendo em vista a situação em que se encontram essas áreas. Portanto, somos, sim, favoráveis, votaremos favoráveis ao Projeto para desafetar a área para que, com esse passo dado, o

Município possa ajudar com as obras necessárias para que vocês tenham uma vida mais digna, com melhores condições: que sejam melhoradas as ruas, que chegue o asfalto, a água, a luz – sabemos que também com a luz há problemas.

Vocês podem contar com este Vereador, com a Bancada do Partido dos Trabalhadores, não só para aprovar este Projeto do Executivo – parabênz o nosso Prefeito Municipal pela desafetação – como também para ajudar, a partir de agora, a área desafetada.

Espero que nós possamos, junto com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, trabalhar para que vocês recebam as benfeitorias necessárias para continuar vivendo, e vivendo, a partir de agora, melhor. Temos certeza que há muitos recursos que podemos buscar com o Governo Federal. Porto Alegre nunca recebeu tantos recursos para melhorias nesta Cidade, e, por questões de lei, lá não poderiam receber. A partir de agora, com a aprovação deste Projeto, vocês vão poder receber essas melhorias, buscar recursos junto ao Governo Federal para melhorar as condições de vida de cada um de vocês.

Então, a nossa Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo, votará favorável a este Projeto do Executivo, e trabalharemos juntos pela melhoria da nossa Cidade e dessas duas comunidades. Parabéns a vocês! Tenham a certeza do nosso apoio! Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. MARIO FRAGA: Boa-tarde a todos. Ver. Haroldo de Souza, Vice-Presidente da Casa no exercício da presidência; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, público presente nas galerias, eu tinha feito um encaminhamento diferenciado do que vou falar neste momento, vou pegar, principalmente para vocês que estão aqui, o discurso do Ver. Mauro Pinheiro. O Ver. Mauro Pinheiro falou que vocês têm que ir atrás, e vão conseguir, de recursos federais. Vamos deixar bem claro, quem falou isso

foi o Ver. Mauro Pinheiro. E eu vou desejar boa sorte para vocês, dar os parabéns a todos que trabalharam, especialmente, aqui nesta Casa, o Ver. Paulinho Rubem Berta, com a sua Comissão, mas também ao Governo Fortunati, nesta Cidade, e antes do Fortunati, André Carús, ao Prefeito Fogaça, porque esse processo já é antigo – eu, mesmo sendo de outra região, acompanho há tempo. Também quero dar os parabéns para a Tia Bia, que deve estar aí no meio, é uma pessoa que trabalha há bastante tempo em cima dessa área; ao Rodrigo Kandrik, que representa o nosso Prefeito Fortunati naquela região, hoje está na região CAR-Centro, e que trabalhou em cima dessas demandas.

Hoje nós, Vereadores, quase que unanimemente, vamos aprovar este Projeto. Mas os senhores, em especial os que estão aqui, tenho certeza que terão – escutem o que estou avisando, não é o que o Ver. Mauro Pinheiro falou –, depois desse passo aqui, que desafeta a área, que libera a área, que ir para o Orçamento Participativo.

Acompanho diversas comunidades que estão conseguindo; às vezes demora um ano, dois, três anos, mas para conseguirem mais rápido, sem promessas políticas, vocês terão que começar a acompanhar o Orçamento Participativo que, a partir do mês de junho, começa as suas reuniões nas regiões.

Então nós, do PDT – eu, o Ver. Thiago Duarte, o Ver. Luciano Marcantônio e o Ver. Mauro Zacher –, estamos muito contentes com esse desfecho dado pelo Prefeito Fortunati, quando manda para esta Casa o Projeto para liberar a área. De hoje em diante, a área fica liberada, e vocês ganham uma batalha, mas a guerra continua. Quero dizer que estou junto com vocês e desejo boa sorte para todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.).

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Estamos na Ordem do Dia, discutindo o PLE nº 062/11, que desafeta áreas com ocupação consolidada para fins da regularização fundiária para os nossos amigos e amigas das Vilas Beco dos Herdeiros e Recanto do Sabiá que aqui se encontram, com um comportamento exemplar. Como é bonito a gente ver pessoas que vêm a esta Casa e se comportam com educação, como vocês estão fazendo. (Palmas.)

Muito bonito mesmo, muito obrigado pelo comportamento de vocês, com essa educação, e pela alegria, por esse passo importante que vocês estão dando na vida.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. ALCEU BRASINHA: Meu Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores, senhores moradores, senhores e senhoras; eu, Ver. Paulinho Rubem Berta, venho, com muita alegria, contribuir com este Projeto, que é muito bom. Eu estive com o Prefeito – V. Exa. estava lá –, e ele nos pediu que acelerássemos o processo, V. Exa. lembra. E quero dizer que isso mostra o grande Prefeito que nós temos na Cidade, o Prefeito que está preocupado com as pessoas mais humildes, a classe mais humilde, esse é um Prefeito que realmente trabalha pela Cidade. Eu também estive nas 17 Regiões, junto com o Prefeito, visitando Região por Região, junto com o Orçamento Participativo, aliás até fui homenageado pelo Orçamento Participativo, juntamente com meus colegas. E quero dizer que as pessoas diziam, em outro Governo, que o Orçamento Participativo não ia funcionar, Ver. Paulinho. Eles falavam que não ia funcionar porque era outro Partido que tinha ganhado, mas certamente o Prefeito José Fogaça continuou apoiando, cumprindo, e o Prefeito José Fortunati resgatando mais demandas lá do Orçamento Participativo para ver o bem da comunidade, o bem do povo que mais precisa.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alceu Brasinha, quero agradecer o aparte e agradecer o seu apoio a este Projeto, pois o senhor estará apoiando mil e poucas famílias que precisam da garantia da moradia para melhorar a sua qualidade de vida. Também quero aqui ressaltar a importância e a sensibilidade que tiveram a SMAM, a Secretaria de Governança, a SPM, todas as Secretarias que aprovaram este Projeto, que estudaram este Projeto, que não se colocaram como donos da verdade, e, sim, a favor da população de Porto Alegre que constrói esta Cidade. Parabéns e muito obrigado pelo seu apoio, eu faço esse

agradecimento em nome do Recanto do Sabiá e do Beco dos Herdeiros. Obrigado, Ver. Brasinha. (Palmas.)

O SR. ALCEU BRASINHA: Obrigado, Ver. Paulinho Rubem Berta. Quero dizer que realmente as coisas acontecem quando as Secretarias têm essa sintonia, esse conjunto de trabalho; o Prefeito José Fortunati tem praticamente um time de futebol, um time que sabe jogar, sabe atacar e sabe das necessidades e o que fazer para as pessoas. Nós temos todas as Secretarias que trabalham muito pela Cidade, e trabalham, Ver. Mauro Pinheiro, o senhor sabe quem trabalham. A SMAM, tendo à frente o nosso Luiz Fernando Záchia, e o nosso Ver. Carús, que trabalha muito pela Cidade; a SMOV; o Ernesto, do DEP; o DMLU; a SMIC; todos trabalham. Eu vou dizer um detalhe, Ver. Paulinho Rubem Berta: quando eu começo a falar é porque o Município e as Secretarias estão realmente trabalhando em conjunto, e nunca se viu, nesta Cidade, um trabalho tão grandioso como o do Prefeito José Fortunati. José Fortunati, o senhor está de parabéns, fazendo esta desafetação! Esse povo merece morar bem e, se Deus quiser, logo terão os seus direitos, definitivamente. Parabéns povo! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Dr. Raul Torelly está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. DR. RAUL TORELLY: Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Vereadores, Vereadoras, todos que nos assistem e os que nos visitam, comunidade do Beco dos Herdeiros e do Recanto do Sabiá, na realidade, quando a gente fala em regularização fundiária, toda a vitória que se consegue é muito importante. A luta de vocês também é nossa, já tem algum tempo, e não é pouco, e nós estamos hoje, através dessa iniciativa do Executivo, através do trabalho, da comunidade, da Secretaria do Planejamento, da SMAM, constituindo uma nova realidade, a possibilidade de uma vida mais tranquila para vocês, dentro da intranquilidade que é o dia a dia das nossas comunidades mais pobres e mais necessitadas.

Eu fiz questão de vir aqui registrar o apoio, e não apenas às comunidades que hoje estão aqui, porque seguiremos cobrando do nosso Executivo que faça um número maior de regularizações fundiárias na Cidade. Eu, por exemplo, além de trabalhar na Zona Norte, trabalhei muitos anos nas ilhas do Guaíba, e lá existe uma luta muito grande também para regularização. Está aqui a Ver.^a Sofia Cavedon que conhece bem essa luta. Nós estamos avançando, a passos de tartaruga, é bem verdade, hoje, aqui, já estamos com uma conquista e temos que considerá-la realmente como tal. Vamos agora continuar lutando para que as comunidades que precisam tenham, cada vez mais, recursos, para que os órgãos públicos realmente possam instalar lá as suas ações para que as pessoas vivam com a dignidade necessária, com saúde, com educação, com habitação digna e de uma maneira que não deitem a cabeça no travesseiro e pensem: “Será que vou estar aqui amanhã, ou será que não vou estar?” Então, muito é nesse sentido que essa conquista de vocês passa hoje aqui.

Registro o nosso apoio, a nossa parceria e desejo que todos tenham mais conquistas na sua luta do dia a dia. Saúde para todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Elói Guimarães está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Sr. Presidente, Ver. Haroldo Souza; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras e comunidade presente, a matéria objeto desta discussão é extremamente importante do ponto de vista até do adimplemento da cidadania. Vejam que a ocupação que se deu agora recebe de parte do Poder Público, da autoridade pública, exatamente a chancela, o reconhecimento. E isso é extremamente importante. Então, é bom que, ao examinarmos matéria como esta, detalhemos esses princípios que integram a própria dignidade, porque o endereço, o domicílio, a casa, com as condições materiais e jurídicas, é o princípio da própria dignidade humana. Portanto, nós queremos aqui, sim, cumprimentar a Casa, os moradores e o Executivo, que cumpriu com a sua obrigação em diversas gestões aqui feitas pela Casa, pelos

Vereadores, por todos. O Prefeito se comprometeu e cumpriu, está aqui este Projeto importante que cria as condições jurídicas, do ponto de vista da lei, para que, a partir de agora, completem-se todos os fatores que vão assegurar definitivamente a moradia ali ocupada e conquistada pelos senhores e pelas senhoras. Fica aqui a nossa saudação aos moradores da Vila dos Herdeiros e do Recanto do Sabiá, na divisa com o Município de Alvorada. Não temos dúvida de que se trata de uma matéria que receberá a unanimidade da Casa, porque haverá de conferir as condições legais, objetivas e materiais para que, a partir deste momento, se passe a implementar as condições para que os moradores tenham aquela dignidade tão fundamental e para que tenham efetivamente a cidadania. Evidentemente, todos nós estamos de acordo com a presente iniciativa e cumprimos o Executivo. Muito obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Toni Proença está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. TONI PROENÇA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, e, muito efusivamente, saudar a população do Recanto do Sabiá, que hoje acompanha esta Sessão com o mais alto interesse, porque se trata de desafetar uma área de preservação permanente que já está consolidada como uma área habitacional há muitos e muitos anos. Quero dizer que falo também em nome da Ver.^a Maristela Maffei, do PCdoB, que hoje nos visita, e do Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo. Quero dizer a vocês que o direito à Cidade se realiza através de políticas públicas que deem dignidade e promoção às pessoas. E é isso que está fazendo o Prefeito Fortunati quando envia a esta Casa um Projeto de Lei que desafeta a área de preservação ambiental, que torna possível o sonho dos moradores do Recanto do Sabiá e da Vila dos Herdeiros de ter a regularização fundiária devida e necessária para que tenham dignidade a partir da construção de suas casas, e, mais do que isso, da propriedade das suas casas.

Mas tem razão o Ver. Beto Moesch quando diz que deveria haver uma compensação ambiental para essa desafetação. Eu concordo integralmente

com o Vereador, que está apresentando uma Emenda nesse sentido, e até sugiro que essa compensação seja feita através da preservação da Fazenda Cauduro, que é ao lado, ali no Timbaúva, ao lado do Recanto do Sabiá, que é uma área que hoje está totalmente preservada, com mata nativa, com lagos, com pássaros, com aves, com a fauna toda integral. Se nós fizéssemos a preservação da Fazenda Cauduro como compensação para a desafetação do Recanto do Sabiá, tenho certeza que a Cidade e a população de Porto Alegre toda ganhariam, assim como os moradores do Recanto do Sabiá, porque obtêm o registro definitivo das suas moradias, e a Cidade e a população como um todo, inclusive os do Recanto do Sabiá, porque terão ali ao lado uma Área de Preservação Permanente, que é fundamental para a manutenção da sustentabilidade ambiental na Cidade.

Nesse sentido, eu apresentei uma Emenda, a Emenda nº 01, a que peço a atenção e a aprovação dos Vereadores e Vereadoras desta Casa; é uma Emenda que propõe preservar a área do piquete, a área do CTG que hoje existe no meio, bem no seio do Recanto do Sabiá. Essa área hoje está totalmente preservada, Ver. Beto Moesch, e inclusive foi reflorestada com árvores nativas; a população cuida disso, e lá há muitas árvores nativas. O que essa Emenda está propondo é que a área do CTG se mantenha preservada; que, bem no coração do Recanto do Sabiá, se mantenha uma Área de Preservação, Ver. Paulinho, para além daquela que a legislação obriga; da distância do Arroio Feijó, tenha-se essa Área de Preservação no coração do Recanto do Sabiá. Com isso, não só teremos sustentabilidade ambiental dentro do próprio Recanto do Sabiá, como teremos gravado na memória de todos os moradores do Recanto do Sabiá e da Cidade como era aquela área antes da ocupação. Portanto, contem com o voto do Partido Pátria Livre para desafetar a área, para manter a área do piquete e, mais do que isso, contem com o voto do Ver. Beto Moesch para haver a compensação ambiental devida e necessária para que toda a população da Cidade se beneficie desse Projeto. Tenho certeza que o Prefeito Fortunati será sensível a essa Emenda e se somará a nós. E peço à população do Recanto do Sabiá, que, assim como lutou, se mobilizou pela desafetação da sua área, também nos ajude a mobilizar e a

lutar pela compensação ambiental de uma outra área que possa beneficiar a população de toda a Cidade. Muito obrigado e boa sorte. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Apregoo a Emenda nº 02 ao PLE nº 062/11 (Lê.): “Acrescente-se, onde couber, os seguintes artigos: – As áreas referidas nesta Lei deverão ser compensadas por outras áreas com as mesmas características, visando à manutenção da sua vocação original, quais sejam, parque natural e área verde; – O interior das áreas desafetadas deverá contar obrigatoriamente com áreas verdes para uso da população a ser beneficiada. Sala de Sessões, 15 de fevereiro de 2012.” Assinam os Vereadores Professor Garcia, Dr. Raul Torelly, Vice-Líder do PMDB; Beto Moesch, nosso Vereador ambientalista.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Professor Garcia, que solicita dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLE nº 062/11 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Beto Moesch, meu querido Vereador ambientalista, está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. BETO MOESCH: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, permito-me fazer aqui uma discussão um pouco mais técnica sobre esse assunto. Quero parabenizar o Ver. Paulinho Rubem Berta, que se dedicou tanto a esse assunto, principalmente ali na Zona Norte, assim como o Ver. Toni Proença; foram dois Vereadores que se dedicaram muito a esse assunto.

Primeiro, eu queria fazer uma ponderação: isso aqui diz respeito à Câmara de Vereadores, mas, pelo Código Florestal Federal, a preservação de beira de arroios é de 30 metros, e não de 15 metros. Então, nós já temos um problema com relação ao Projeto, pois ele fala em 15 metros de preservação. Isso é Lei Federal! Isso atende não só a questão de preservar o solo, a vegetação e a água, mas a diminuir o risco das pessoas que porventura morem num local

como esse. A Lei prevê os 30 metros em virtude de uma decisão técnico-científica. Diante disso, nós estabelecemos, a partir de 2005, Ver. André Carús, os 30 metros a serem preservados em cada lado de recursos hídricos em Porto Alegre. Porque até 2005 eram 15 metros, Ver.^a Sofia Cavedon! Eu não sei como é que está hoje, mas, pelo Projeto, está 15 metros, e isso é um risco para as pessoas.

O segundo ponto que eu queria colocar, Sr. Presidente, é que o grande problema socioambiental da cidade de Porto Alegre e das principais cidades deste País é justamente a falta de política habitacional proporcional à demanda de pessoas mais carentes. Isso causa uma tensão muito grande, em função da ocupação em áreas justamente mais afastadas das respectivas cidades, sejam em topos de morros, sejam em beira de recursos hídricos ou em praças e parques. Não tendo uma política habitacional, não há, muitas vezes, alternativa a não ser a ocupação desses locais. Só que esses locais ou são áreas de risco – porque são topos de morros ou beiras de recursos hídricos, não são locais humanamente habitáveis, decentemente habitáveis –, ou são praças e parques, que são áreas, Ver. Tarciso, feitas para toda a população, e não para um percentual da população. As praças e parques são para toda a população, para as futuras gerações, para as pessoas que nem nasceram ainda! E nós não podemos abrir mão de parques e praças, porque isso não é democrático, Ver. Mauro Pinheiro. Não é democrático! Se não há outra maneira, se não existe outra forma de manter o parque e a praça, por motivos mais variados – no caso, ocupação –, então que se compense essa área de parque e de praça, em nome da democracia, não é nem em nome do meio ambiente! O Parque Saint- Hilaire, Ver. Dib, V. Exa. sempre fala sobre isso, foi criado nos anos 1950 para preservar as nascentes dos arroios que desembocam no Guaíba. É um dos maiores parques urbanos do mundo, com 1.200 hectares. Nós vamos abrir mão disso? Eu não! Eu não abro mão disso, porque eu não tenho esse direito, em nome das pessoas que estão aí e em nome das pessoas que ainda não nasceram.

Portanto, eu acho inadmissível um Projeto dessa importância, que diz respeito à vida digna de várias pessoas que moram nesses locais e, ao mesmo tempo, de duas áreas reservadas para a população de Porto Alegre para serem

parque e praça, ser tratado em Regime de Urgência. Isso foi aprovado em Reunião Conjunta das Comissões. Eu queria apreciar isso na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, para poder fazer uma emenda ou um substitutivo lá, e não aqui no plenário.

Lamentavelmente, estamos aprovando ou não um Projeto de tamanha importância sem a necessária discussão, até para evitar problemas futuros. Nós não podemos continuar iludindo as pessoas, simplesmente aprovando um Projeto que sequer se sabe se terá consequências favoráveis ou não. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores aqui presentes, lutadores da regularização fundiária do Recanto do Sabiá e da Vila dos Herdeiros, ontem à tarde, na CUTHAB, muitos de vocês estavam fazendo o debate para que houvesse a garantia das unidades habitacionais na Morada da Lagoa e outros ao redor, e viram a dificuldade que é para aprovar um projeto ou ter a dinâmica do Município de Porto Alegre a respeito dos projetos habitacionais. Hoje vocês estão dando um passo importante porque, em Porto Alegre, ainda tem 750 vilas irregulares, mais ou menos 80 em cima de áreas públicas, e essas duas áreas lá do parque natural Recanto do Sabiá ou junto ao Parque Saint-Hilaire. Quero dizer ao colega Beto Moesch, que me antecedeu, Secretário do Meio Ambiente de 2005 a 2009, que as áreas públicas, inclusive as destinadas ao meio ambiente, se o Município não apresentar projeto, a população ocupa porque não tem onde morar, e o senhor foi Secretário e deixou ocupar aquela área. Portanto, não adianta reclamar agora, porque, em 2004, tinha 150 famílias no Recanto do Sabiá e hoje tem em torno de mil famílias. Essa é a realidade e isso tem que ser dito e debatido. (Palmas.)

É muito fácil fazer discurso nesta tribuna, mas quando elegemos os legisladores e os Executivos, é para executar projeto. Portanto, o Estatuto da

Cidade, lei federal vigente desde de 2001 – o Plano Diretor desta Cidade –, garante que o solo público municipal ocupado, estadual ou federal, tem o direito à concessão do uso especial do solo para fins de moradia. É isso que estamos aqui discutindo.

Senhores e senhoras, isso não é tudo, porque desafetar é dar destino para que possa ter habitação, agora até chegar à habitação digna ou uma casa decente, com saneamento básico, com água, com luz, com esgoto, com a creche, com a escola, com o posto de saúde é uma caminhada. Nós temos dezenas de projetos aprovados aqui que foram desafetados e até hoje não foram realizados os projetos de habitação.

Prezado Paulinho Rubem Berta, nós temos que ter um cronograma nesses processos. Apresentamos uma Emenda, dizendo que, no prazo máximo de um ano, o Executivo deverá realizar o projeto urbanístico da área, e define aí, sim, quais as áreas que são de preservação, onde tem que ser reassentado, o tamanho dos lotes, e com isso pode credenciar o projeto no Minha Casa, Minha Vida, porque, a partir do ano passado, o Minha Casa, Minha Vida 2 determina que tem recurso público federal para não só saneamento das áreas como para a possibilidade da habitação.

Então, isso é uma realidade. Mas, para isso, tem que ter projeto do Município. Se não realizar o projeto, isso não vai para frente. Eu venho aqui me colocar à disposição, tanto das Bancadas que estão apresentando as Emendas quanto deste Projeto do Executivo, para dizer que temos que aprovar junto um cronograma para que a moradia digna seja instalada. Porque ficar lá mais dez, 15, 20 anos dentro do banhado, no Sabiá, que alaga, que tem um esgoto correndo na frente da porta, não dá!

Então, esse é um passo importante. Apoiamos, mas estamos contribuindo com essa Emenda que diz que no prazo de um ano o Executivo deverá apresentar o projeto urbanístico para a área. Um grande abraço a todos! Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Apregoo a Emenda nº 03 ao PLE nº 062/11, de autoria dos Vereadores Mauro Pinheiro e Engenheiro Comassetto,

que diz (Lê.): “Onde couber, acrescente-se o seguinte artigo: – O Executivo Municipal deverá apresentar no prazo de até um ano o projeto urbanístico para as referidas áreas.”

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Engenheiro Comassetto, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03, de autoria dos Vereadores Mauro Pinheiro e Engenheiro Comassetto, ao PLE nº 062/11, à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLE nº 062/11, de autoria do Ver. Toni Proença, que diz (Lê.): “As compensações ambientais que trata a Emenda nº 02 deverão, no que tange ao Parque do Sabiá, ocorrer através da transformação da área conhecida como Fazenda Cauduro, no loteamento Timbaúva, atrás da Província Marista.”

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Toni Proença, que solicita dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, de autoria do Ver. Toni Proença, ao PLL nº 062/11, à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; colegas Vereadoras e Vereadores, público que nos assiste, é uma alegria estarmos aqui recebendo essas pessoas que são do Recanto do Sabiá e da Vila dos Herdeiros. Primeiramente, Presidente, eu quero dizer que não entendi isso e depois quero melhores esclarecimentos sobre essa última Emenda apregoada, que fala justamente sobre o terreno dos Cauduro, que foi desapropriado, e que fica no Timbaúva, Ver. Paulinho Rubem Berta, porque eu sei que isso já está designado para a Vila Nazaré. Eu não entendo essa Emenda que foi apregoada agora, que vai ser encaminhada. Temos que discutir isso porque se

ele está destinado para uma comunidade, não podemos estar aqui o defendendo para outra comunidade. Ontem, teve uma reunião na CUTHAB, Ver. Paulinho, e está definido, desde 2007, na Av. Manoel Elias, um espaço para os Coqueiros, e outras comunidades estão pleiteando isso também. Nós não podemos estar aqui colocando comunidade contra comunidade, Ver. Pujol. Não podemos mais aqui permitir que pessoas da Zona Norte tenham que residir na Restinga; não podemos permitir que pessoas do Humaitá tenham que ir para o Partenon, na Zona Leste. Então, eu quero que essa emenda seja melhor esclarecida posteriormente porque os terrenos dos Cauduro, que fica no Timbaúva, cerca de 11 hectares, Ver. Pujol, está destinado para a Vila Nazaré, e a Vila Nazaré já sofreu tanto com mudanças locais nesta Cidade que não podemos mais ficar aqui permitindo que o Governo, a cada semestre, mude a localização do reassentamento daquelas pessoas.

Ontem, ouvimos discursos de que o Aeroporto Salgado Filho vai sair, que está tudo bem para a Copa do Mundo, mas não está tudo bem. Se não sair a integralidade da Vila Dique e da Vila Nazaré, nós não teremos Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre; nós teremos ele pronto, mas ele não poderá ser usado porque a ANAC não permite que qualquer avião desça em Porto Alegre se não estivermos com o aeroporto pronto e com o entorno do aeroporto liberado.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Nelcir Tessaro, pelo aparte. Quanto à reunião de ontem na Comissão de Urbanização e Habitação desta Casa que eu estava presidindo, que o senhor se referiu, quero lhe dizer que na questão do terreno da Av. Manoel Elias, toda a comunidade, quando o senhor foi Diretor do DEMHAB, lutou junto por ela. Há sete anos que estamos lutando juntos, e quero aqui agradecer e reconhecer o seu trabalho naquela época e também quero reconhecer o trabalho do Secretário Goulart, porque com ele também se agilizou o processo, mas os méritos são da comunidade do Jardim dos Coqueiros, que conquistaram dinheiro dentro do Orçamento Participativo para a compra daquela área. Na questão das emendas ao Projeto do Recanto do Sabiá, eu gostaria que os Vereadores tivessem bastante bom-senso, como

sempre tiveram, para nós podermos aprovar sem descaracterizar o Projeto, para dar um suporte a essas famílias.

O SR. NELCIR TESSARO: Obrigado, Ver. Paulinho Rubem Berta.

O Sr. Toni Proença: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Serei bem breve, não quero atrapalhar a sua manifestação. Só para lhe informar que a Subemenda que ofereço tratando da área da Fazenda Cauduro não é para toda a área. O projeto de reassentamento da Vila Nazaré pode continuar desde que uma parte da área com árvores centenárias seja considerada Área de Preservação Ambiental – é isso o que está propondo a Subemenda – e como compensação para a área que está sendo desafetada hoje.

O SR. NELCIR TESSARO: Concordo plenamente com a compensação. Eu tenho um Projeto tramitando nesta Câmara de Vereadores prevendo, na compensação em casos de condomínios, que não mais seja doado 20% de área no mesmo local, mas que possam ser feitas benfeitorias, melhorias e praças em áreas próximas daquele loteamento, para que possamos, cada vez mais, dar habitações para as famílias que mais precisam.

Eu quero dizer que a nossa Bancada é a favor da aprovação do Projeto da Vila dos Herdeiros e do Recanto do Sabiá porque estão sofrendo há muitos e muitos anos, e nós precisamos resolver a situação dessas comunidades! Poderá ocasionar problema ambiental, mas o problema ambiental está muito pior no arroio Feijó. Hoje as famílias estão ali, em cima do arroio Feijó, poluindo aquele arroio e sofrendo as consequências cada vez que acontece uma enchente em Porto Alegre. Vamos lutar pela habitação! É... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza, colegas Vereadores, cidadãos de Porto Alegre, quero aproveitar estes cinco minutos para homenagear quem realmente conquistou esta grande vitória que é a desafetação da área do Recanto do Sabiá, esperada há aproximadamente 20 anos: a comunidade aqui presente. Ao cumprimentar o Sr José, cumprimento todos os que estão aqui, porque nós, que trabalhamos de forma muito presente, integrada com o movimento comunitário, principalmente valorizando esse instrumento democrático que existe em Porto Alegre, que é o Orçamento Participativo, temos convicção das inúmeras barreiras, dificuldades e desafios que cada um de vocês que aqui está representando aqueles inúmeros moradores passou para chegar a essa vitória que é a desafetação da área, para depois ser feito o projeto de regularização e de urbanização, que também deve ser focado na luta do Orçamento Participativo. Quero cumprimentar também o nosso Prefeito Fortunati e todo o Governo pela sensibilidade, transparência e responsabilidade com que trataram essa questão. Eu me lembro do programa Prefeitura na Comunidade, quando nós estivemos lá na região, e o Prefeito, junto com o seu Secretariado, em frente aos moradores, líderes da região, Delegados e Conselheiros do Orçamento Participativo, afirmou que iria encaminhar o Projeto de desafetação dessa área, tão sonhado e esperado pela comunidade. Está cumprindo com o compromisso que assumiu, isso é muito importante.

Quero aproveitar para colocar para o Ver. Comassetto que não se preocupe com a gestão Fortunati em relação à agilidade do trabalho nessa região, pois essa desafetação que o Governo do PT, em 16 anos, não fez, o Fortunati fez em um ano e meio. Então, não se preocupe, Ver. Comassetto, com agilidade porque nós estamos extremamente comprometidos e com uma gestão que está transformando esta Porto Alegre.

Quero também cumprimentar a SMAM, o DEMHAB, a SPM; está aqui o nosso Ver. André Carús, que é o Secretário Adjunto da SMAM; está aqui o Ver. Tessaro, que esteve no DEMHAB nesse processo; o Secretário do Planejamento, Márcio Bins Ely, ou seja, o Governo Municipal trabalhou com competência, de forma integrada e, com rapidez, atendeu a essa situação tão sonhada, esperada e justa para essa comunidade.

Quero também registrar que sei da importância que o Centro Administrativo Regional – CAR – teve nesse processo através, inicialmente, do Coordenador Kandrik, atualmente, do Fernando Melo, que ligou para cá, que esteve aqui interagindo com os Vereadores. Então, está de parabéns o Centro Administrativo Regional por ter feito parte dessa luta e, também, o Secretário da Habitação, Dr. Goulart. É isso, pessoal! Essa questão não é uma vitória de Partido A, B, ou C, é uma vitória da comunidade, que soube através, principalmente, do Orçamento Participativo, fazer uma interlocução com os segmentos necessários, com o Poder Legislativo, com o Poder Executivo, e chegou a uma grande conquista. Essa é uma conquista da nossa Porto Alegre, é uma conquista de uma Porto Alegre que tem um Governo plural e democrático, um Governo que não faz das suas ações movimentos sectários e partidários. Porto Alegre está se transformando e será uma cidade muito melhor porque nós, porto-alegrenses, merecemos uma cidade que nos dê mais condições de qualidade de vida, de dignidade, uma cidade que respeite o passado de luta dos nossos gaúchos. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Haroldo, quero cumprimentar as comunidades do Recanto do Sabiá e da Vila dos Herdeiros e dizer que é emocionante quando se dá um passo. É um pequeno passo, mas é o passo da segurança. Para quem durante todo o tempo foi ameaçado de que ali não ficaria, de que não teria seu lar há tanto tempo sonhado, tendo lutado e resistido a intempéries, a alagamentos, a tantas questões que nós sabemos que atingem a vida das famílias que lutam para ter uma casa, a desafetação é um passo muito importante, é a sinalização de que essa área será para sua moradia, sim. Por isso, diante da beleza dessa disputa, não cabe, Ver. Marcantônio, V. Exa. dizer aqui que o PT não fez em 16 anos, porque eu teria que lembrar que todas as vilas do Humaitá estão há dez, oito anos esperando moradia, com os recursos do Fonplata no caixa da Prefeitura de Porto Alegre. Mas não é esse o

debate que eu vou fazer aqui porque essa será a próxima etapa da vitória dessas comunidades. Eu muito andei no Recanto do Sabiá, na Lomba do Pinheiro, mas, especialmente no Recanto do Sabiá, no esforço de fazer organização comunitária porque lá faltava tudo, e eu acredito que é muito parecido com a Vila dos Herdeiros. E nós sabemos como é difícil a comunidade dar passos com resultado quando está numa área de insegurança, quando não sabe se vai ter que sair, quando chega um lá e diz que ali não vai dar, quando é ameaçada, quando todo dia batem à porta. Nesta Cidade – a CEDECONDH acompanhou, e eu acompanhei também –, a demanda por moradia é enorme. Eu afirmo que não existe cidade se não houver cidadania. E a cidadania começa com a moradia porque, na hora em que pai e mãe vão para casa, podem proteger, aconchegar, podem tratar de sua vida, de seus filhos, de seu avô, de sua avó; podem fechar a porta e saber que a chuva não vai entrar, que o rato não vai entrar, e isso não acontece com milhares de famílias nesta Cidade.

Então, este é um momento histórico porque mostra comunidades sofridas, como as duas comunidades que conquistaram uma vitória emblemática, uma vitória que demonstra que a Terra, é verdade, tem que ser preservada na sua natureza, na vida das suas águas, mas, principalmente, o ser humano precisa da sua dignidade preservada, o que começa com a moradia. Parabéns às duas comunidades: a Vila dos Herdeiros e o Recanto do Sabiá! Parabéns porque a sua luta, que nós sabemos que não foi simples, alcançou esta vitória. E é uma primeira vitória. Nós desejamos que se levem muito a sério os próximos passos que vêm aí, que é a regularização fundiária, que é a moradia digna. Que se aproveitem os recursos federais da Dilma, do Governo Federal, pois nunca este País viu tanto recurso para moradia popular; ela sabe que a erradicação da miséria, que a dignidade humana, que a proteção das mulheres e das crianças passa por casa. Casa com teto, com parede, com porta que fecha, sem água dentro, sem esgoto dentro, sem chuva dentro. Parabéns, pois essa luta, essa vitória é de vocês! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, moradores da Vila dos Herdeiros e do Recanto do Sabiá, senhoras e senhores, eu fico muito contente que, nesta tarde, nós possamos votar este Projeto. Sabemos das dificuldades dos moradores das duas áreas, principalmente na questão dos alagamentos. Na época de inverno, principalmente quando chove, sabemos como o povo daquela região sofre. Quero também dizer que isso, durante a campanha, foi um compromisso de Governo; depois, o Prefeito Fogaça, de forma insistente, foi ao encontro da população, colocando a necessidade de dar melhores condições àquela comunidade.

Lembro também que, na oportunidade, quando Secretário do Meio Ambiente, visitamos os dois locais e sentimos de perto as dificuldades da região, a insistência dos moradores, e é mais do que justo, claro, há a polêmica de que Porto Alegre precisa, e por isso é que o PMDB entrou com a Emenda, subsidiada inclusive pelo Ver. Beto Moesch, que coloca que o Município tem que compensar essa área de uma outra forma e determinando que as duas áreas, tanto as dos Herdeiros como a do Recanto do Sabiá, tenham local público para a comunidade. Não adianta simplesmente relocá-los: precisa-se de toda a infraestrutura urbanística, como praças e parques. Claro que vai ter escola, posto de saúde, porque isso é o mínimo que a população precisa.

Mas o mais importante que eu sei é que, a partir deste momento, os moradores poderão sonhar com uma vida digna, e é isso que eles buscam, porque nós sabemos que as condições lá não são as melhores, sabemos do sofrimento desse povo, que agora passa a ter outra perspectiva, e isso nos gratifica. Queremos parabenizá-los e desejar que continuem mobilizados, porque esse é o primeiro passo, ou seja, a área está sendo, a partir de hoje, desafetada, mas ainda há todo um processo até chegar o dia em que os senhores e as senhoras vão ter a sua casa própria, vão ter onde morar e vão dizer, com muito orgulho, como já fazem hoje, que são dos Herdeiros, do Recanto do Sabiá, mas, com

uma outra cara, uma cara de pessoas felizes, porque vão ter o seu espaço, vão ter a sua dignidade.

Parabéns a todos vocês e parabéns ao Executivo porque teve sensibilidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, tenho observado o debate que aqui se estabeleceu sobre esta proposta do Executivo.

Nós estamos, Ver. Dib, numa situação paradoxal: estamos com pressa de votar este Projeto que os outros não tiveram pressa em encaminhar aqui para a Casa. É um paradoxo. Eu já disse para o Ver. Paulinho Rubem Berta que, em que pesem algumas restrições que tenho sobre a técnica deste Projeto, eu o aprovaria em homenagem à luta dele, que, há muito tempo, está batalhando. Inclusive, ele tinha a expectativa de que a matéria fosse votada no ano passado. Ela veio tarde demais para nós, veio na metade de dezembro, mas ficou entendido com ele que a votaríamos agora, no mês de fevereiro, que vai vencendo agora a sua primeira quinzena. Então, pessoalmente, eu reafirmo a disposição: vou votar favoravelmente, Vereador, em que pese que há mais tempo nós poderíamos ter cuidado dos Herdeiros e do Recanto do Sabiá, até de forma isolada, porque são realidades completamente diferentes. Quanto aos Herdeiros, Ver. João Dib, V. Exa. era Prefeito de Porto Alegre em 1984, e nós já tratávamos dessa matéria. Tenho documentos para mostrar que, na ocasião, nós queríamos declará-la de utilidade pública. Antes de aquela área ser declarada Unidade de Conservação, já existia isso; há 30, 40 anos que pessoas moram na chamada Lomba do Sabão. Evidentemente que nós não podemos viver eternamente com esse assunto.

Ver. Beto Moesch, quanto à preocupação com a proximidade do rio, ora, o que está dito no Projeto? Vejam bem os senhores: não vão querer achar que nós estamos matando tudo em definitivo, o art. 3º diz que o estudo técnico definirá

os limites da área a ser objeto de regularização fundiária, de interesse social, consistente de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, visando a garantir o direito de moradia e de titulação de posse dos ocupantes em atendimento aos ditames da Lei Federal nº 11.977, de 17 de julho de 2009. Então, fica claro que não é alguma coisa assim impossível de ser conseguida.

Também quero me dirigir, no caso, aos mais interessados, aos diretamente interessados: não é o fim da jornada, porque diz o Parágrafo Único: “Após estudo técnico, será encaminhado gravame de Área Especial de Interesse Social, por decreto, para aquelas áreas possíveis de regularização”.

Então, aos que têm cuidados ambientalistas, eu deixo claro o seguinte: é lógico que as exigências legais vão ser cumpridas; as áreas possíveis de regularização serão regularizadas; as outras vão ser preservadas, não tenham medo nesse particular.

Então, Ver. Paulinho, V. Exa. festeja, hoje, uma grande vitória, mas não é a vitória final. Usando o *slogan* do Partido que já foi o seu: “a luta continua”. Mais forte ainda, porque, agora, nós estamos levantando para essas duas comunidades todo esse grau de expectativa que legitimamente possuem. Aliás, Ver. Toni Proença, o seu projeto de preservação daquela área incluída dentro do todo, em geral, que V. Exa. quer preservar, a área do piquete, obviamente terá que ser preservada, dentro...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)

(Não revisado pelo orador).

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Nilo Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. NILO SANTOS: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhores e senhoras, ao parabenizar o Ver. Pujol pelo discurso, quero dizer para a comunidade que, na realidade, existem dois de parabéns aqui hoje: a comunidade e o nosso Prefeito José Fortunati pela iniciativa; primeiro, pelo sonho da comunidade, pela organização da comunidade e pela coragem do Prefeito Fortunati tornar o sonho de vocês uma

realidade, hoje. Tenham certeza de que estarei votando favoravelmente ao Projeto. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, plateia que está nas galerias, eu acho que hoje se fez justiça ou está se fazendo justiça com pessoas que há muitos anos estão lá como se fossem estranhos de Porto Alegre e não são: são cidadãos, cidadãs; são crianças, jovens, homens, mulheres, que estão morando num lugar porque precisam morar lá, e, até hoje, a Cidade parecia dar as costas a elas. O Prefeito Fortunati foi sensível, assim como a Câmara de Vereadores. Vocês ouviram todos os Vereadores falando a favor; não podia ser diferente. Hoje se faz justiça, porque entre a lei fria que diz o que é uma área de preservação, o que é um lugar que não se poderia construir, e escolher para que cada um tenha o direito de morar sem ter o pavor de ser despejado, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores escolheram as pessoas, que são vocês.

Parabéns a vocês pela luta, e vamos continuar lutando pelas pessoas de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero saudar o nosso novo Vereador que chega a esta Casa, ex-conselheiro tutelar, José Freitas, mais um integrante do Conselho Tutelar nesta Bancada de Vereadores. Seja bem-vindo. Quero fazer uma saudação especial às lideranças comunitárias que estão aqui, especialmente o José Luiz, que tem batalhado muito pelo Recanto do Sabiá, e dizer também da alegria em ver as demais entidades que estão aqui, nesta tarde, apoiando a luta dessas

comunidades. Vejo lideranças do Jardim dos Coqueiros, vejo outras lideranças aqui nesta tarde. Este é um Projeto sonhado, um Projeto buscado, um Projeto conquistado pelas pessoas que ali estão.

Quero fazer um registro muito especial à Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, que, através do pedido do Sr. José Luiz ao Ver. Toni Proença, no final do ano passado, esteve lá; nos foi comunicada a necessidade da aprovação deste Projeto, e nós nos colocamos à disposição, Zé Luiz e demais integrantes do Recanto do Sabiá, para agilizar esse processo que o Prefeito havia prometido entregar para esta Casa. E assim o fizemos, a Comissão de Direitos Humanos, através especialmente do Ver. Toni Proença, que trabalhou diuturnamente para que pudéssemos, junto com os demais Vereadores, trazer para esta Casa, neste momento, a aprovação do Projeto.

Não vou me estender aqui, porque outros Vereadores já devem ter se manifestado. Todos nós vamos aprovar o Projeto, porque entendemos da necessidade daquela área se transformar em área de moradia. Não há dignidade humana, quando não se tem um lugar para morar; não há dignidade humana, quando não se tem água, quando não se tem casa, quando não se tem luz. Os senhores e as senhoras fazem parte da cidade de Porto Alegre e merecem o nosso reconhecimento, merecem os nossos aplausos pela luta de vocês por melhores condições de vida, e é esse compromisso que a Comissão de Direitos Humanos e, especialmente, esta Casa têm com cada um e cada uma de vocês. Parabéns pela conquista e pela luta, vamos seguir juntos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Recanto do Sabiá e Vila dos Herdeiros, parabéns por estarem aqui com a gente, a Casa é de vocês. Vou falar em nome da minha Bancada, a do PSD, composta por este Vereador e

pelos Vereadores Bernardino e Nelcir Tessaro. O Bernardino manda um abraço à D. Maria e ao Sr. Antônio.

Paulinho Rubem Berta, eu conheço a tua luta por esse povo, é uma luta séria, é uma batalha. Eu vi com meus próprios olhos – já estive na tua comunidade – o que tu fazes por ela. Então, Paulinho, por todos esses atos, tu terás o meu voto, sim, para este povo de Porto Alegre. Eu fico emocionado. Este povo merece muito mais. (Palmas.) Sei da luta do povo, Paulinho, não só do povo do Recanto do Sabiá, como de outras vilas e das nossas ilhas maravilhosas. Quando digo isso, creio que todos os Vereadores se sensibilizam. Paulinho, nós viemos de famílias humildes, nossos pais tiveram muitas dificuldades para nos tornar cidadãos. Então, a nossa briga, a briga de todos nós, os 36 Vereadores, aqui, é lutar por uma Porto Alegre melhor e, principalmente, por este povo que merece muito e muito, este povo que constrói Porto Alegre, este povo que dá a sua vida por Porto Alegre, que acorda às cinco horas da manhã, para que Porto Alegre seja bonita. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 062/11.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, eu também estou aqui para registrar, em poucas palavras, e serei breve, que votarei favoravelmente ao Projeto, dizendo que acompanho e conheço as lutas da cidade de Porto Alegre, em especial a da Vila dos Herdeiros e do Recanto do Sabiá, até porque fui, num determinado momento, de 2001 a 2004, Diretor-Geral do DEP. Eu sei quantas vezes nos chamaram para ir até lá por questões de alagamento, também sei que temos uma série de outras dificuldades. E sei o quanto é difícil para nós, administradores públicos, chegar nas comunidades e dizer: “Olha, vocês estão irregulares, o que nós podemos fazer é um pequeno paliativo”. E aquilo que se faz, quase sempre, não resolve exatamente o problema que lá está. Portanto, a luta que vocês travaram por um longo período merece, aqui, hoje, o nosso voto favorável, para sinalizar que

a regularização fundiária é o primeiro dos grandes passos que se dá para levar, sim, às comunidades, benfeitorias consistentes, ações da Prefeitura que tragam benefícios concretos a todos vocês. Por isso, para concluir, estamos aí, vamos votar favoravelmente ao Projeto, e estamos aqui para cumprimentar não a nós, mas a vocês, por essa longa luta histórica. Um abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Encerrada a discussão. Em votação o PLE nº 062/11. (Pausa.) O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 062/11.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, prezadas lideranças aqui presentes, eu quero me referir principalmente ao meu querido Ver. Luciano Marcantônio, representando a base do Governo, por isso quero reafirmar a minha fala anterior. Primeiro: há 16 anos a maioria dos senhores e senhoras não estavam lá no Sabiá.

(Aparte antirregimental do Ver. Nilo Santos.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Não transformar, porque isso foi dito aqui, e eu preciso reafirmar isso: a maioria veio nesse período, de 2003 até hoje. Bom, por quê? Porque não houve política de transformar aquilo efetivamente num parque, e a comunidade precisava ter onde morar. Portanto, isso é sabido por todos.

Segundo ponto: votaremos, obviamente, favoravelmente ao Projeto. Agora, amarrar os próximos passos, dizer o que é necessário... Até porque, com o Presidente Lula, com a criação do Ministério das Cidades, com a organização dos projetos, principalmente do Programa Minha Casa, Minha Vida, o primeiro, e, pela Presidente Dilma, do Minha Casa, Minha Vida 2, hoje há recurso para a habitação social, e recurso subsidiado, o que nós precisamos são projetos. E, no Minha Casa, Minha Vida 2 – o Secretário do Planejamento está aqui –, o que foi dito? Que tem dinheiro também para a regularização fundiária. Só que

Porto Alegre, Ver. Luciano Marcantônio, não elaborou uma política de regularização fundiária, aproveitando esses projetos – eu falo isso para o nosso Secretário de Planejamento que aqui está –, e nós temos 750 vilas irregulares. Portanto, a sugestão que fizemos da Emenda, de dizer que, após a aprovação do Projeto, no prazo de um ano, a Secretaria do Planejamento deverá aprovar o Estudo de Viabilidade Urbana, que delimitará o tamanho dos lotes. Isso remeterá a que possam ser acessados os recursos públicos e não se precise, inclusive, disputar o Orçamento Participativo – não que isso não seja importante, é importante. Então, eu quero registrar isso e dizer que, mesmo sendo do Partido dos Trabalhadores – e isso muito nos orgulha, com a nossa Bancada –, votamos favoravelmente e queremos ajudar a construir os próximos passos, porque este Projeto e esses recursos não são exclusivamente da Prefeitura de Porto Alegre, vêm do Governo Federal. Então, é nossa atribuição aqui fazermos que haja projetos, projetos bem-feitos, e que as pessoas saibam que, daqui a um ou dois anos, terão a titulação do seu terreno para poder construir a sua casa definitivamente. (Palmas.) Essa é a caminhada que precisamos fazer. Então, o meu discurso aqui, representando a minha Bancada, é, Ver. Marcantônio, um discurso propositivo. Inclusive quero fazer com que as estruturas da Prefeitura funcionem.

Quero aproveitar a presença do Secretário Márcio Bins Ely para dizer que nós votamos o Plano Diretor e aprovamos um conjunto de itens, Ver. Pujol, que a Secretaria do Planejamento deveria ter regularizado. Os prazos já venceram e não foi feito. Então, eu quero, aqui da tribuna, cobrar do Secretário Márcio Bins Ely, que tem que apresentar a esta Câmara todos os pontos que nós aprovamos aqui, no Plano Diretor, para serem feitos pela Secretaria do Planejamento! Citarei aqui, por exemplo: os núcleos urbanos do Lageado ; o núcleo urbano da Boa Vista; os núcleos urbanos do Jardim Floresta; as complementações do Solo Criado. Nada disso foi apresentado, nada foi regulamentado pela Secretaria do Planejamento! E o papel dessa Secretaria é fazer com que as leis desta Casa, quando forem aprovadas, sejam construídas para toda a Cidade. Secretário Márcio Bins Ely, V. Sa. está em dívida com esta Câmara de Vereador na regulamentação do Plano Diretor. Pegue o art. 158, há mais de 20 itens que já deveriam ter sido feitos e não foram feitos! Portanto,

quero aqui, publicamente, cobrar essa demanda da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre a respeito do planejamento municipal e também das 750 vilas irregulares de Porto Alegre! Queremos, sim, um plano de regularização fundiária para Porto Alegre, para aproveitar esse potencial de recursos dos governos federal, estadual e municipal. Um grande abraço. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Beto Moesch está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 062/11.

O SR. BETO MOESCH: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, mais uma vez aqui parablenizo a comunidade pela mobilização que está fazendo, e peço até desculpas ao que vou ter que colocar em resposta a um Vereador que seguidamente vem a esta tribuna, fala mal da gente e não dá oportunidade do debate. Plenário não é o local para debate. Por quê? Porque o orador vem à tribuna, fala, e a pessoa que quer debater, que quer discutir, não tem como fazer no próprio pronunciamento do Vereador. Quando muito, ele pode falar em aparte, Ver. Luciano. Então, eu desafio o Ver. Comassetto a fazer um debate na TVCâmara, *tête-à-tête*! Vamos discutir a gestão ambiental de Porto Alegre durante toda a sua história. Faço aqui um desafio, mas não covardemente como V. Exa. faz aqui na tribuna. Eu quero debater com V. Exa. como homem, como homem! Porque vir aqui na tribuna, isso não é democrático, não há contraditório no Plenário! A tribuna não dá direito ao contraditório! E isto, sim, é democrático, e lhe faço um desafio: vamos debater a gestão ambiental em Porto Alegre! Até porque a invasão do Timbaúva foi na gestão do Partido dos Trabalhadores! Infelizmente, Ver.^a Maria Celeste, eu tenho que fazer isso porque o seu colega vem aqui e pessoaliza o debate. Quando se deu a invasão do Morro do Osso, eu quase perdi a vida ali. E V. Exa. não deu apoio porque é demagogo! E bota demagogo nisso! No Parque Santa Fé, quase quatro mil hectares de praças estavam invadidos, e nós evitamos a invasão. Duas vezes houve invasões no Parque Marechal Mascarenhas de Moraes; três vezes no Morro Tapera. Então vamos discutir

invasões? E mesmo que tivesse ocorrido alguma invasão na minha gestão, é a mesma coisa que culpar o Ver. Todeschini pela poluição no arroio Dilúvio! Como vou culpar o Ver. Todeschini por algo que há décadas vem ocorrendo? E nem o Presser eu posso culpar! “Agora, não, a culpa da poluição do Dilúvio é do Ver. Todeschini.” Claro que não! Mas que coisa mais infantil, Ver. Comassetto! Que coisa mais covarde, Ver. Comassetto! Vamos debater na TVCâmara, na Comissão, mas não aqui no plenário! Vamos respeitar as pessoas que vêm aqui! Porque o plenário não é para esse tipo de discussão, não é!

Ver. Paulinho Rubem Berta, V. Exa. que tanto trabalhou nesse sentido, nós estamos vendo melhoras para conseguir realocar pessoas que estão em Áreas de Preservação Permanente, como na beira do arroio. O Ver. Garcia, o Ver. Dr. Raul, o Ver. André Carús e eu estamos propondo a compensação dessa realocação, que está indo para uma praça, porque isso vai viabilizar e melhorar a vida das próprias pessoas que estão sendo realocadas; essa compensação é para elas mesmas; assim como para o Parque Saint-Hilaire, que o Ver. Dib corrigiu, que foi criado nos anos 40, e não nos anos 50. Então, aquela área tem que ter uma compensação, isso é o mínimo que esta Casa tem que garantir junto com o Poder Executivo. Aí, sim, nós estaremos fazendo um trabalho despartidarizando e despessoalizando o tema, ao contrário do que alguns Vereadores vêm aqui fazer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O comportamento de vocês da Vila dos Herdeiros e Recanto do Sabiá está exemplar; não ouvi vaia, apenas a manifestação física de dar costas ao orador. Parabéns, mais uma vez, para vocês pelo comportamento aqui nesta Casa. (Palmas.)

O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 062/11.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu já havia me manifestado anteriormente discutindo a matéria e exaltado a

importância de se promover a desafetação dessa área para que se garanta a dignidade e se promova a regularização fundiária dessas famílias, para que possam definitivamente habitar com dignidade essas áreas.

Somando-se a isso e sensível também à necessidade de nós termos compensações ambientais que não comprometam o projeto de regularização fundiária e que não comprometam o atendimento dessa demanda habitacional específica da Vila dos Herdeiros e do Recanto do Sabiá, associei-me à Emenda nº 02, que estabelece essa compensação e, ao mesmo tempo, também cria a necessidade de ter espaço público de lazer, de praça quando da elaboração desse projeto urbanístico dessas duas localidades.

Queria aqui fazer um pequeno comentário a respeito da Emenda apresentada pelo Ver. Engenheiro Comassetto, que é o Líder da oposição nesta Casa. Com esse Projeto, encaminhado pelo Poder Executivo, estamos providenciando a desafetação da área. Nesse Projeto, se prevê a realização de um estudo, e desse estudo é que vamos fazer nova discussão, e daí, sim, entrar nas diretrizes e nas linhas necessárias ao desenvolvimento racional de um projeto urbanístico que contemple inclusive aquilo que é o conteúdo da Emenda nº 02, à qual nos associamos e a qual vamos defender e certamente aprovar.

Agora, a Emenda nº 03, apresentada pelo Ver. Comassetto, não tem razão de ser! É uma Emenda de jogar para a plateia, é Emenda para dizer que o Poder Executivo fica com a faca no pescoço para apresentar o projeto urbanístico em um ano. É óbvio que o Poder Executivo tem responsabilidade para com essas famílias! Se não tivesse, não estaria apresentando um projeto para desafetar essa área e garantir dignidade de moradia para essas pessoas. É suposição de que o Executivo não vai promover o planejamento urbanístico dessa região. Faço essa manifestação em duas perspectivas: uma, no sentido de que tanto a Vila dos Herdeiros como o Recanto do Sabiá tenham garantidos, nos seus projetos, espaços públicos para os seus moradores usufruírem praças urbanizadas com equipamentos da melhor forma – isso, sim. Ao mesmo tempo, para que Porto Alegre não abra mão de suas áreas verdes, acho que o Ver. Beto Moesch pode ter sido mal compreendido aqui nas suas colocações, mas é plausível a preocupação do Ver. Beto Moesch, é plausível a preocupação do Ver. Professor Garcia, que também já estiveram à frente da Secretaria

Municipal do Meio Ambiente. Não podemos abrir mão daquilo que é um direito difuso, é um espaço comum do povo, e, por isso, o Município se ocupará de promover essa compensação.

E por fim, na última perspectiva, sou contrário à Emenda nº 03. Eu acho que é uma Emenda que não soma e não agrega absolutamente nada ao Projeto, a não ser o discurso muito fácil que se faz de jogar para a torcida um tema de tamanha relevância. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 062/11.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhores e senhoras, eu fui obrigado a vir aqui depois do discurso do Ver. Comassetto. O Ver. Comassetto dá um discurso muito bonito, muito bom, mas ele tem que lembrar que eles tiveram todo o tempo para fazer quando estiveram no Governo. Por que não fizeram? E aí vem o Ver. Comassetto desfilando suas palavras aqui. Mais ainda, Ver. Comassetto: o senhor chamava o Ver. Beto Moesch de Beto Motosserra. Era assim que o senhor se referia a ele. E o Vereador dizia: “Por isso é que eu gosto do Ver. Comassetto, porque o que ele fala ele sustenta.” E agora ele balançou a cabeça, que ele chamava Beto Motosserra.

Eu quero dizer que aos senhores tiveram toda a oportunidade de fazer essa regularização, tiveram todo o tempo de fazer pelo povo que precisa. Eu acho que foi um absurdo o tempo que vocês esperaram até hoje! Passando de governo em governo. E hoje, graças a Deus que nós temos o Prefeito dos deuses, o Prefeito Fortunati, regularizando, e certamente vocês terão moradia digna na cidade de Porto Alegre. Parabéns, vocês merecem! Pena que é atrasado. Assim mesmo, parabéns, pessoal! (Manifestações nas galerias.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 062/11.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Ilustre Presidente, ilustres colegas Vereadores, ilustre público que nos ouve aqui na Câmara de Vereadores. Nosso mandato tem sido pautado pela defesa incondicional à saúde, e o saneamento, a moradia digna, a água e a luz refletem na questão da saúde. Elas refletem uma melhoria de qualidade de vida. Nesse sentido, nós, da Bancada do PDT – eu, o Ver. Luciano Marcantônio, Ver. Mario Fraga –, encaminhamos favoravelmente o Projeto à luz do que estamos discutindo. Eu acredito muito que essas questões efetivamente vão minorar as demandas que se tem na atenção básica, na saúde primária da população. Mas, sem dúvida alguma, é fundamental que tenhamos as contrapartidas ambientais.

O Ver. Comassetto fez uma fala veemente, e eu quero dizer a ele e a diversos outros colegas que estamos avançando, sim, na regularização fundiária de algumas daquelas regiões que ele levantou aqui. Um exemplo claro é o do Jardim Floresta, que está terminando a sua regularização fundiária; outro exemplo claro é a parte, Ver. Carús, possível de ser regularizada da região da Araçá, Camboim e Primavera, e está se iniciando o processo de regularização lá, mas na área possível de ser realizada e não na área completa, porque parte dela engloba região de banhados, região de reserva ambiental, e precisamos resguardar e cuidar disso.

Certamente neste ano de 2012, nós vamos, dentro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, voltar a abordar diversos temas nesse sentido. No ano passado, tivemos algumas dificuldades em algumas regiões da Cidade com relação a isso, com as pessoas sendo ameaçadas e com alguns boatos sendo difundidos na comunidade inclusive de despejo, que acabaram não se confirmando e não refletindo a realidade, Ver. Carús, então Secretário Adjunto do Meio Ambiente que participou dessas reuniões, a Procuradoria-Geral do Município participou dessas reuniões. É importante deixar bem claro, ficar claro na cabeça das pessoas e das comunidades que, efetivamente, a gente tem, sim, que ter melhor saúde a partir de uma melhor moradia e condição de vida, mas, sem dúvida, respeitando o meio ambiente, porque é este que vai ficar para os nossos netos, para os nossos bisnetos e para as outras gerações. Então, é importante haver esse profundo equilíbrio, e o Executivo está tendo,

neste Projeto, negociado, amplamente discutido, esse profundo equilíbrio. É importante que a gente possa sempre olhar para essas coisas e entender que essas são as verdadeiras conquistas da comunidade. Parabéns às comunidades que estão presentes. O PDT vota junto com vocês nesta! Um abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Apregoo Emenda nº 18 ao PLCE nº 003/11, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, que diz (Lê.): “Art. 8º. XXIV – loteamento ou desmembramento na área de Ocupação Intensiva em terreno com área superior a 5ha (cinco hectares), nas situações permitidas pelo Plano Diretor; (em áreas maiores deverá ser exigido EIA-RIMA em face da repercussão ambiental).”

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, retirando de tramitação a Emenda nº 17 ao PLCE nº 003/11.

(A Ver.^a Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 062/11.

O SR. NELCIR TESSARO: Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste; eu venho, em nome da Bancada do PSD, fazer o encaminhamento de nossa posição com relação ao Projeto de desafetação das áreas dos Herdeiros e do Recanto da Lagoa. Quero dizer, como já disse anteriormente, que nós respeitamos as doações de área para praças e para todos os serviços que contemplem as áreas comunitárias dentro de um condomínio ou loteamento, mas nós também, Ver. Paulinho, queremos que as praças que existem no entorno não sejam abandonadas e ocupadas com outra finalidade, como nós estamos vendo nesta Cidade. Defendemos que, em vez de se propor a doação de áreas onde possam ser construídas mais unidades habitacionais – e nós defendemos a moradia digna – que elas

sejam compensadas com praças próximas àqueles loteamentos, desenvolvidas e entregues ao Município, para que toda a comunidade possa participar. Eu vejo ali no Coqueiros, Ver. Paulinho, que hoje nós temos uma praça que está ocupada, temos uma área da SMED que poderia ser desafetada. Nós temos, no nosso Rubem Berta, praças abandonadas; nós temos praças, no Timbaúva, abandonadas. Quem sabe poderíamos fazer com que o Município fizesse a compensação, que o empreendedor, aquele que vai executar toda a regularização, ou seja quem for, nesses dois loteamentos, que as áreas destinadas aos serviços comunitários, ao lazer sejam compensadas em áreas próximas. Assim nós estaríamos compensando e favorecendo mais famílias com habitação digna.

Quero falar também sobre a Emenda do Ver. Comassetto, na qual ele coloca que o Executivo tem prazo para a execução de suas obras, de seus projetos. Eu até discordo porque o Executivo tem que trabalhar o mais rápido possível após a desafetação, juntamente com as suas Secretarias. Quando nós temos projetos prioritários, nós temos que fazer como outras Capitais deste País – Curitiba, São Paulo – e como algumas cidades – Esteio, Sapiranga, Novo Hamburgo – já fizeram: aprovação de projetos em caráter de urgência, para fazer com que essas famílias que estão sofrendo há tantos anos possam ter a sua moradia digna, projetos para que possam buscar recursos no Minha Casa, Minha Vida, e regularizar a sua situação. Temos que fazer esses empreendimentos com urgência, nós, que tanto pregamos que quem não tem casa não tem saúde, não tem educação e não tem segurança. Então, não podemos fazer com que projetos, nesta Capital, levem um ou dois anos para ser aprovados. Nós precisamos tratar com urgência os projetos prioritários que dependem de financiamento da Caixa Econômica Federal, do Governo Federal. Dinheiro existe, e nós, porto-alegrenses, estamos perdendo cada vez mais recursos, como aconteceu no ano passado, quando perdemos para outros Estados. Porto Alegre, no dia 26 de dezembro, tinha recursos para contratação imediata de 1.500 unidades habitacionais para famílias com renda de zero a três salários mínimos. Devolveu, simplesmente, 900 unidades habitacionais, o que significa R\$ 28 milhões devolvidos por falta de projetos, Ver. Carlos Todeschini! Não tínhamos projetos na Caixa Econômica Federal

para contratar. Nós contratamos, no final do ano de 2011, apenas 600 unidades habitacionais no Minha Casa, Minha Vida na faixa de zero a três salários mínimos. Nós precisamos fazer com que, neste ano de 2012, o Município agilize os seus projetos para contratar toda a Nazaré, toda a Tronco e, quem sabe lá, o Timbaúva, os Herdeiros, o Jardim dos Coqueiros, que possamos contratar de quatro a cinco mil unidades. Vamos agilizar, nós temos tempo. Vamos nos engajar e fazer com que tenhamos mais áreas para moradia social, é isso que nós defendemos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 062/11.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; comunidade da Vila dos Herdeiros, comunidade do Recanto do Sabiá; hoje é um dia histórico para a nossa região, não só no Recanto do Sabiá, mas na nossa região, na região da Lomba do Pinheiro e da Agronomia. Hoje se abriram as portas para um futuro melhor, principalmente para as famílias, principalmente para as crianças e para a melhor idade. Com a sensibilidade do Prefeito José Fortunati, que governa o Município, vai passar, pelo que eu pude entender pelos encaminhamentos feitos, tranquilamente o Projeto que é do Executivo, defendido por este Vereador e pelos outros 35 desta Casa. O que nós precisamos cuidar é que tem algumas áreas lá... Quero concordar com o Ver. André Carús e com alguns Vereadores que defenderam as áreas de praças e parques. Sim, praças são importantes, parques são importantes, mas mais importante ainda é a moradia de cada um dos senhores, de cada criança, de cada pessoa que vive naquela região. (Palmas.) Não foi só este Vereador que trabalhou; o Executivo, na sua totalidade, trabalhou para que isso acontecesse; a comunidade se mobilizou para que isso acontecesse; esta Casa se mobilizou para que isso acontecesse. Não existe um pai da criança, existe a cidade de Porto Alegre com necessidade, e essa comunidade organizada foi à luta, buscou, suou noites e noites para conseguir um projeto. E, com a sensibilidade do Prefeito, está aqui o Projeto e vai ser aprovado.

Vocês estão de parabéns! Se não fosse a luta de vocês, não aconteceria isso! A organização é que manda.

Quero ressaltar que com algumas Emendas eu concordo; outras, não. Eu acho que o Executivo, da mesma maneira que foi sensível para trazer este Projeto, vai ter o tempo necessário para concluir a regularização fundiária e levar os equipamentos comunitários. A praça é importante, mas o posto de saúde também! A praça é importante, mas a creche também! O local para os nossos idosos é importante? Lógico que é! Agora, eu quero dizer que não sou insensível à questão ambiental. Quem não quer ter uma praça perto de casa? Todos nós queremos. Mas eu também quero ter uma família feliz, contente e fazer com que a família cresça.

Meus amigos, este Vereador trabalhou junto com os outros, junto com o Executivo, junto com as lideranças dessa região para que fosse aprovado esse Projeto. Então, eu me dou o direito de agradecer o pronunciamento de cada Vereador, de cada Vereadora que esteve nesta tribuna e que se disse favorável a esse Projeto não para o Paulinho, mas para o Recanto do Sabiá, para a Vila dos Herdeiros, para Porto Alegre, pois vão ser mais de mil famílias que vão começar a morar com dignidade. Parabéns a vocês! Estão de parabéns, a luta é de vocês, a luta é nossa, contem com este Vereador como com os outros desta Casa, que sempre batalharam pela moradia, por um lugar digno. Nosso trabalho aqui não é o enfrentamento entre nós, mas o enfrentamento de ideias, o enfrentamento de buscar condições para a população viver melhor.

Senhores e senhoras, todos vocês, eu peço que os Vereadores não encaminhem mais, não querendo tolher a ninguém a palavra, mas em consideração a vocês, em consideração às crianças que hoje estão aqui, que deram um *show* de civilidade não fazendo críticas e, quando o fizeram, fizeram civilizadamente. Parabéns ao Recanto do Sabiá! Parabéns à Vila dos Herdeiros! Parabéns a todos nós que trabalhamos! Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Paulinho Rubem Berta.

Concedo a palavra ao Ver. Adeli Sell.

O SR. ADELI SELL: Sra. Presidenta, Ver.^a Fernanda Melchionna, com a sua licença, queremos anunciar, em nome da Bancada, que, com a renúncia do nosso colega Aldacir Oliboni, que se torna agora nosso Deputado Estadual, e com a paciência das pessoas que estão nos ouvindo, o novo Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa é o Ver. Engenheiro Comassetto; e, como Vice-Líderes, os nossos colegas Ver. Mauro Pinheiro e Ver.^a Sofia Cavedon. Com suas licenças, portanto, anuncio aqui, para nosso prazer, a nossa nova Liderança: Engenheiro Comassetto, Mauro Pinheiro e Sofia Cavedon. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Adeli Sell. Cumprimentamos o novo Líder do Partido dos Trabalhadores, Ver. Engenheiro Comassetto, assim como o Ver. Mauro Pinheiro e a Ver.^a Sofia Cavedon.

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 062/11, pela oposição.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sra. Presidenta, Ver.^a Fernanda Melchionna, na verdade, nós já tínhamos definido o nosso voto, mas, depois da fala pouco inteligente do meu amigo Beto Moesch, eu tive que vir aqui responder.

Primeiro, eu quero dizer algumas coisas ao Beto. Eu tenho respeito por todos nesta Casa. Jamais o chamei de covarde e jamais o chamarei. Eu entendo que você é equivocado politicamente na política ambiental, e faço esse debate com você onde você quiser, assim como já o fiz nos próprios veículos de comunicação. Na TVCâmara, eu não aceito fazer este debate com você, porque a maioria da população (Palmas.) que está aqui não tem tervê a cabo para ver a TVCâmara, e esta tribuna é o local de debatermos.

Por que o Ver. Beto é equivocado politicamente? Porque ele é contra a regularização fundiária em Porto Alegre, principalmente naquelas áreas. E o

Recanto do Sabiá foi ocupado na sua gestão, e tem-se que responder publicamente, sim, quando se é um gestor público. E isso, meu prezado Beto, não é uma questão de covardia e não é debate de homem para homem; eu debato com homens, debato com mulheres, debato com crianças, debato com todos, decentemente...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: ... e continuarei fazendo isso em todos os espaços. A minha questão com o senhor não é pessoal. O senhor entende muito da política ambiental, mas tem uma visão conservadora, reacionária sobre este tema. Eu debato com o senhor onde o senhor quiser. Por quê? Lá em Belém Velho, por exemplo, o senhor vetou que a Vila Kanazawa fosse regularizada dizendo que é uma questão ambiental, e a legislação permite; lá na Ponta Grossa, onde um empresário ocupou e fechou a praia, o senhor teria que ter demolido a casa, mas o senhor não o fez na sua gestão; e lá as pessoas não têm acesso à praia. (Palmas.) Esse é o debate que temos que fazer.

Quanto à revisão do Plano Diretor, há um capítulo sobre o ambiente natural, sobre o qual o senhor teria que ter feito estudos, na SMAM, e mandado a esta Casa todas as áreas que temos que gravar. O senhor não fez isso durante sua gestão. Esse é o debate que temos que fazer.

Se o senhor não quiser mais ser um homem público, eu não vou mais debater com o senhor, mas, enquanto o senhor for um homem público e se intitular o defensor das políticas ambientais, eu digo: quero debater cidade sustentável com o senhor. E cidade sustentável significa dar dignidade às pessoas, com moradia...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: ... porque uma pessoa que não tem endereço, que está numa vila irregular, que não tem água, não tem esgoto, não

tem escola, não tem creche, não tem praça, não tem trabalho, não tem transporte não é cidadã. O debate que temos que fazer é o da cidadania.

Nós temos pontos de vista diferentes, assim como os tenho com outros Vereadores – esta semana fiz um debate com o Luiz Braz, que tem um ponto de vista diferente –, mas não é por isso que vou deixar de respeitá-los.

A sua gestão, meu prezado Ver. Beto Moesch, na Secretaria do Meio Ambiente, foi um entrave para a cidade de Porto Alegre no que diz respeito à construção de uma cidade sustentável. O senhor sentou naquela cadeira e achava que só o senhor sabia; não dialogou com a Cidade. Eu quero, sim, debater aqui nesta tribuna a política de regularização fundiária. E cobre aqui e vou cobrar do Secretário Marcio Bins Ely, porque nós aprovamos o Plano Diretor, e a Secretaria do Planejamento tinha que ter regulamentado e não regulamentou. Será que é feio fazer este debate? É feio querer ver as leis que aprovamos serem executadas?

Está aqui o pessoal das Ilhas! As Ilhas já foram decretadas Área de Proteção Ambiental; estão lá os assentamentos, estão lá os carroceiros. Qual a política ambiental que a Secretaria do Meio Ambiente fez para resgatar aquelas famílias? Nenhuma! Então, a partir do debate feito nesta Casa está-se restabelecendo a política com os carroceiros.

Eu não vim aqui ser contra o Projeto do Executivo; sou favorável, e apresentei uma Emenda para que melhore ainda mais. Mas quero dizer que definir prazos para ter as habitações, os terrenos com escritura, não é nenhum pecado, e deixa transparente; portanto, a Emenda nº 03 é construída com honestidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.).

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 062/11.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sra. Presidente, Fernanda Melchionna; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, no próximo mês vou completar 41 anos aqui nesta Casa, e já estou na contagem regressiva: faltam 320 dias para que eu vá embora com tranquilidade, porque

posso dizer que durante todo esse tempo eu mantive a promessa do primeiro pronunciamento que fiz: “Eu vim aqui servir a comunidade porto-alegrense, indiferentemente de que lado esteja”. Mas há algumas coisas que ainda não aprendi, apesar dos 41 anos.

O Projeto que vai ser votado e aprovado – e eu não tenho dúvidas – foi fruto de um trabalho do Executivo Municipal, que montou um Grupo de Trabalho composto por representantes das Secretarias de Coordenação, Política e Governança Local; da Secretaria do Meio Ambiente; da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana; do Planejamento Municipal; da Procuradoria-Geral do Município; da Fundação da Assistência Social e Cidadania; do Departamento de Esgoto Pluvial; da Habitação; e do DMAE. Portanto, é um Projeto muito bem estudado, ansiado pela Casa do Povo de Porto Alegre, para que resolvesse o problema de uma comunidade que está problematizada. Nós vamos dar solução.

Agora, o que eu não posso entender é que o nobre Ver. Comassetto, Líder do PT, vá à tribuna e se preocupe em atacar o ex-Secretário do Meio Ambiente. Talvez, se a respeitável comunidade não estivesse aqui, tantos discursos não teriam acontecido; talvez o Projeto fosse resolvido muito mais rapidamente. Há necessidade de resolver, vai ser resolvido, o Executivo quer resolver, o Legislativo quer solução. Então, tudo tranquilo. Agora, é claro que, se alguém é agredido, vai querer retribuir, agressão gera agressão, e nós não construímos nada.

Sei que o Projeto será aprovado por unanimidade, ou quase unanimidade. A Emenda nº 03 não pode ser aprovada, porque eu não posso impor ao Executivo, que levou tempo buscando uma solução, agora, por uma decisão do Legislativo, o prazo. Acho que isso não cabe, não é correto, então, com relação ao resto, está tudo muito bem, está tudo tranquilo, a comunidade está de parabéns, ela assistiu hoje a um espetáculo: dezenas de Vereadores se pronunciaram. (Palmas.)

Saio daqui com a certeza de que o seu Projeto será aprovado, porque havia preocupação do Executivo, em primeiro lugar, que montou o grupo de trabalho, e do Legislativo, que estava ansioso para que este Projeto chegasse aqui. Nós todos tentamos fazer que a sua votação fosse acelerada e estamos

conseguindo isso hoje. A votação seria muito mais acelerada se não ocorressem tantos discursos. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. João Antonio Dib. Não havendo mais encaminhamentos, em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 062/11 (Lê.): “Art. 1º. Dá nova redação ao art. 2º, como segue: art. 2º. Fica excluída do gravame de Área de Parque Natural, por desafetação, a ocupação consolidada denominada Recanto do Sabiá, para fins de regularização fundiária, resguardada a área do CTG Peão Campeiro, situada na Avenida Antônio Severino”. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** por unanimidade.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLE nº 062/11, de autoria do Ver. Professor Garcia e outros (Lê.): “Acrescente-se, onde couber, os seguintes artigos: 1- As áreas referidas nesta Lei deverão ser compensadas por outras áreas com as mesmas características, visando a manutenção da sua vocação original, quais sejam, parque natural e área verde. 2- O interior das áreas desafetadas deverá contar obrigatoriamente com áreas verdes para uso da população a ser beneficiada.” (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** por unanimidade. (Palmas.)

As palmas são para vocês, pelos sonhos, pela luta de vocês durante todos esses anos!

Quero fazer apenas uma correção. A Emenda nº 01, aprovada por unanimidade, é assinada pelo Ver. Toni Proença, Líder do PPL. No momento da votação, esta Vereadora, que está presidindo a Sessão, esqueceu de ler o autor da Emenda, justamente pela inexperiência de, pela primeira vez, estar na Mesa procedendo a um processo de votação. (Palmas.)

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, de autoria do Ver. Toni Proença, ao PLE nº 062/11 (Lê.): “As compensações ambientais, que trata a Emenda nº 02, deverão, no que tange o Parque do Sabiá, ocorrer através da

transformação da área conhecida como Fazenda Cauduro, no Loteamento Timbaúva, através da Província Marista”.

O SR. REGINALDO PUJOL: Ocorre que, com as dificuldades de leitura, esta acabou ficando segmentada, e eu não entendi direito o que a Subemenda quer.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Concedo um minuto ao Ver. Toni Proença para esclarecer o conteúdo.

O SR. TONI PROENÇA: Presidente, obrigado pela atenção e pela disponibilidade de tempo. Eu vou sugerir aos meus pares que a gente rejeite a Subemenda, porque ela restou mal redigida e vai terminar, ao invés de ajudando, complicando mais. Então, vou encaminhar pela rejeição da Subemenda.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Toni Proença encaminhou pela rejeição da Subemenda. O Ver. João Antonio Dib retira o pedido de votação nominal.

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLL 062/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADA** por unanimidade.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Antonio Dib e outros, a Emenda nº 03 ao PLE nº 062/11, de autoria dos Vereadores Mauro Pinheiro e Engenheiro Comassetto (Lê.): “Onde couber: acrescente-se o seguinte artigo: O Executivo Municipal deverá apresentar no prazo de até um ano o projeto urbanístico para as referidas áreas.” (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**; 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon, o PLE nº 062/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**. (Palmas.)

Parabéns às comunidades do Recanto do Sabiá e Vila dos Herdeiros! Parabéns pela mobilização, vitória da comunidade, vitória da luta! Contem com os Vereadores e com as Vereadoras para cobrarem o processo de regularização! Parabéns a vocês!

Solicito que o Ver. Todeschini assuma a presidência dos trabalhos, pois há um Requerimento de autoria desta Vereadora que precisa ser votado.

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Em votação o Requerimento de alteração na composição das comissões permanentes, nos seguintes termos (Lê.): “Os Vereadores que subscrevem submetem ao Plenário deste Legislativo as seguintes alterações na composição das comissões permanentes da Casa: 1) O Ver. José Freitas passará a integrar a CEFOR; 2) A Ver.^a Fernanda Melchionna passará a integrar a COSMAM; 3) O Ver. Mauro Pinheiro passará a integrar a CCJ; 4) A Ver.^a Sofia Cavedon passará a integrar a CECE”. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

(A Ver.^a Fernanda Melchionna reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 06 ao PLCE nº 003/11.

Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que seja votado em destaque o item III da Emenda nº 12 e as Emendas nºs 05, 07 e 08 ao PLCE nº 003/11.

Tendo em vista que o Projeto, sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança, para votação, muito esperado por esta Casa, tem 18 emendas, e sendo muito importante para a Cidade, solicito aos Srs. Líderes de Bancada que se

aproximem da Mesa, para que possamos conversar sobre o andamento da Sessão e o processo das votações. (Pausa.)

Em discussão o PLCE nº 003/11. (Pausa.) O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/11.

O Diretor Legislativo, Sr. Luiz Afonso, esclarece que vamos considerar apregoadas as Emendas nº 03 a nº 18, assim como a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, distribuídas em avulso aos Vereadores.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estamos iniciando a discussão do Projeto de Lei do Executivo que trata do Estudo de Impacto de Vizinhança.

Eu, como Líder do Governo, recebi emendas e mais emendas. Todas foram discutidas e eu acho que nós podemos considerar como amplamente discutido este Projeto. E poderíamos, desde logo, iniciar a votação, até porque nós temos a concordância daqueles que apresentaram emendas, que serão aprovadas, que serão rejeitadas. Está tudo muito tranquilo. E eu tenho a impressão de que nós poderíamos acelerar, sem maiores danos, sem maiores preocupações, porque o Projeto chegou à análise de todos os Vereadores e, inclusive, do Executivo. As emendas foram analisadas e nós temos condições de votar o mais rapidamente possível. Eu espero a colaboração de todos os Srs. Vereadores para que isso ocorra. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. João Antonio Dib.

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/11.

O SR. NELCIR TESSARO: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste, estamos aqui para discutir o PLCE nº 003/11, que trata da adequação do Estatuto da Cidade, que

muito discutimos nos anos de 2009, 2010, quando da votação e atualização do nosso Plano Diretor de Porto Alegre.

Entendemos que esse Projeto do Executivo chega a esta Câmara justamente em um momento muito importante em que Porto Alegre está prestes a executar diversos projetos de obras viárias, de obras de habitação, saneamento e outras para a Copa de 2014, e não tínhamos o abrigo de uma legislação municipal que atendesse o Estudo de Impacto de Vizinhança em que a sociedade organizada pode se manifestar, se mobilizar e opinar sobre as obras públicas de nossa Cidade. Eu entendo que isso é de suma importância. Por exemplo, aquela pequena obra, a ciclovia, que está acontecendo em Porto Alegre, e eu entendo que a comunidade deve se manifestar e vai se manifestar, e a Sociedade de Engenharia já está opinando, e até mesmo a pista para ciclistas na Av. Ipiranga já deveria estar sob o abrigo dessa legislação, que não tínhamos, mas também a sociedade deve opinar sobre o que vai ocorrer e qual o impacto que pode ter em nossa Cidade. Temos diversas construções, projetos de *shoppings*, projetos de edificação como o projeto habitacional, que foi aprovado, do Estádio Olímpico, em que elas foram excepcionalizadas, mas na época nós não tínhamos justamente a legislação do EIV para que houvesse as audiências públicas necessárias para a sua construção. Temos também as edificações que vão surgir na Zona Sul para retirar e reassentar as famílias da Vila Tronco. Ontem, no bairro Cristal, foram desapropriadas cerca de 29 áreas para o abrigo dessas famílias, porém não houve nenhuma discussão com as associações, com as comunidades, porque isso não está previsto legalmente, sobre adensamento e sobre tantas e tantas outras repercussões que possam dar essas edificações. Na Zona Sul, por exemplo, estão saindo habitações no Lami, no Lageado, e a sociedade não está sendo ouvida, Ver. DJ Cassiá. Qual será o impacto no transporte coletivo da Cidade? Será formado ou não um espaço para ali ter um centro comercial, um centro industrial, para ativação do nosso Centro Industrial da Restinga, para que essas pessoas possam ter o seu sustento e, também, escolas, creches, Saúde pública? Então, é muito importante que votemos esse Projeto com as Emendas que julgarmos necessárias, que julgarmos úteis para a Cidade.

O que eu quero aqui é cumprimentar o Executivo por ter encaminhado ao Legislativo esse Projeto. Já se passam quase dez anos do Estatuto da Cidade, e nós não tínhamos, em Porto Alegre – e não temos ainda, porque não está aprovado esse Projeto –, uma legislação pela qual toda a sociedade organizada pudesse opinar, discutir, saber da necessidade, do problema, do que vai ocorrer. Não podemos pensar simplesmente num progresso desenfreado para uma parte da Cidade, para um bairro da Cidade, sem pensar na sustentabilidade, pois o que nós queremos fazer é uma cidade organizada e sustentável para os futuros anos de Porto Alegre. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/11.

Aproveito o momento de deslocamento do Vereador para cumprimentar os integrantes do Fórum de Entidades, do Movimento Defenda a Orla, os lutadores e as lutadoras pelo meio ambiente na cidade de Porto Alegre. Sejam bem-vindos à Câmara!

O SR. ADELI SELL: Minha cara Ver.^a Fernanda Melchionna, que preside os nossos trabalhos; efetivamente, havia uma necessidade imperiosa de esse Projeto vir para a Câmara para discussão. Os impactos de vizinhança são fundamentais. Eu cito o exemplo aqui de algumas cidades europeias que tratam, inclusive, do impacto econômico na cidade. E nós estamos apenas discutindo o impacto de vizinhança. Exemplifico: para construir um determinado hotel em algumas cidades europeias hoje em dia, é preciso, é necessário que haja uma ocupação extremamente alta da rede hoteleira para que seja liberada uma nova construção. Ou seja, é um cuidado que a cidade tem com a economia e também com o crescimento, muitas vezes, desenfreado de determinados setores econômicos.

Agora, discutindo aqui a situação do impacto de vizinhança, como é que nós não vamos discutir, por exemplo, a construção de um determinado

equipamento que vai ter, indiscutivelmente, um grande impacto numa determinada região da Cidade? Às vezes, a simples instalação de uma determinada empresa num local já construído causa um grande impacto. Eu dei um exemplo aqui, semana retrasada, de uma empresa de *call center* que se instalou no DC Navegantes, e, de um dia para outro, surgiram problemas de superlotação nos ônibus que nunca tinham tido naquela região. Pelo contrário, é uma das regiões na Cidade mais bem atendidas pelo transporte coletivo, apesar de os ônibus viverem atrasados e lotados em outras partes da Cidade. Então, é claro que nós temos que discutir essa questão com grande atenção.

É claro, também, que tem que ter regras claras para que os empreendedores possam fazer seus investimentos e não sejam apanhados por alguns subterfúgios, como já aconteceu, em outras legislações, nesta Câmara Municipal. Acho que temos que ver o todo, a globalidade. De um lado, os interesses dos moradores de uma região que não querem ver impactadas as suas vidas, por exemplo, com uma alta circulação de automóveis. Eu acho que nós temos que discutir muito o 4º Distrito, que queremos ver desenvolvido. Mesmo com um desenvolvimento ao avesso no 4º Distrito, com a industrialização que houve nos anos de 1970 e 1980, depois, uma retirada das grandes empresas de transporte e de armazenamento. Na Av. Pátria, para dar um exemplo, tem uma empresa – eu denunciei esta semana – que é uma afronta à vizinhança, pois simplesmente ninguém consegue passar na calçada com tranquilidade, o que dirá com um carrinho de bebê, o que dirá um cadeirante; as pessoas não conseguem atravessar a rua, porque essa empresa simplesmente tomou conta de toda a Av. Pátria. Isso tem acontecido na nossa Cidade. Às vezes, então, nem é um novo empreendimento. Temos também que ter uma atenção e fiscalizar os empreendimentos já licenciados.

Dou outro exemplo: na Av. João Ferreira Jardim, no Parque Madepinho, Zona Norte, Bairro Rubem Berta, no nº 511, eu quero saber se aquela madeireira tem alvará, porque está registrada como madeireira, no entanto, é uma serraria. E, entre uma madeireira e uma serraria, tem uma diferença muito grande, tem uma operação industrial: a serra-fita trabalha nos finais de semana! Então, tem impacto de vizinhança, sim! E eu faço essa denúncia pública. Sei que moradores de lá já foram afrontados; não só afrontados, mas

houve ameaça. Eu espero que, desta tribuna da Câmara, não haja ameaças aos Parlamentares, que isso também já houve.

A minha conclusão é que precisamos de uma lei clara, objetiva que, de um lado, não cause transtorno para os empreendedores decentes, que eu tenho certeza que a Cidade tem, e, de outro lado, que garanta o sossego, a tranquilidade, os horários na Cidade. Tem muitos problemas em Porto Alegre, mas os grandes problemas de Porto Alegre, talvez, não seja essa lei. Como diz o Ver. João Dib: tem lei, mas é preciso fiscalizar, e o que esta Cidade não tem é fiscalização. Faltam 84 fiscais de Prefeitura, que estão concursados e deveriam ser chamados. Eu peço o apoio da Bancada gloriosa, combativa do PTB – Ver. Nilo Santos e Ver. DJ Cassiá. Vamos falar com a Secretária porque ela sabe que temos que botar esse pessoal para dentro da Prefeitura onde falta gente, temos que contratar os fiscais. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. NILO SANTOS: Sra. Presidente, por esse acordo de lideranças que houve, hoje inicia a discussão, mas ela não fecha hoje, é isso? (Pausa.) Encerra hoje a discussão? (Pausa.) Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Está esclarecido o Ver. Nilo Santos.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que nós estamos em um momento histórico extraordinário na discussão dos destinos da nossa Cidade. O fato de este Projeto estar aqui é um mérito do Conselho do Plano Diretor, das entidades e das representações regionais que discutiram e insistiram muito com o Governo. É um Projeto que adormeceu por alguns anos no Governo Municipal, e as entidades, os representantes do Conselho do Plano Diretor sabiam da sua importância, Ver. João Antonio Dib. E insistiram, debateram no Conselho do Plano Diretor, debateram durante as discussões da revisão do

Plano Diretor nesta Casa. Em Audiências Públicas, nós tivemos manifestações muito contundentes da comunidade, da sociedade, porque a nossa Cidade está vivendo uma transformação morfológica de paisagem e carece, e muito, desse instrumento para essa transição não retirar direitos de ninguém.

O Sr. João Antonio Dib: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Nobre Ver.^a Sofia Cavedon, eu quero cumprimentá-la duas vezes: primeiro, porque V. Exa. tinha um Projeto nesse sentido e o susteve; segundo, porque procurou dar a sua contribuição na melhoria do Projeto do Executivo. Portanto, ficam os cumprimentos, porque V. Exa. tem um belo trabalho. Saúde e PAZ!

A SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigado, Ver. Dib. Eu quero, ao mesmo tempo, agradecer-lhe pela atenção às Emendas, que, na verdade, foram uma construção coletiva com o Fórum de Entidades da Câmara Municipal, que contou com a contribuição do debate técnico de voluntários.

Acho que nós avançamos em grandes acordos de Emendas a este Projeto. Eu aproveito este momento de discussão para levantar alguns detalhes quanto aos quais nós queremos evoluir até quarta-feira. Eu acho bom que a discussão termine hoje e que, na quarta-feira, tranquilamente, olhemos Emenda por Emenda.

A nossa avaliação, na minha e na de vários Vereadores, Ver. Dib – o Secretário Márcio Bins Ely e o próprio Sinduscon nos acompanham; quero cumprimentar os representantes dos órgãos e entidades, o pessoal do Plano Diretor, a Nadir Alba, que era Vice-Presidente até há pouco, porque eu não sei se a eleição já aconteceu –, é de que nós não podemos manter o item que diz que basta um EVU, se assim decidir o Conselho do Plano Diretor, e não precisará haver EIV. Nós entendemos que, se o EIA-RIMA e o EIA resolverem todos os elementos de dúvida, aí, sim, pode-se abrir mão do EIV, mas do EVU, não.

Acho que temos que chamar a atenção, porque o EVU é um parecer técnico, não levanta e não considera a manifestação da população do entorno, da

vizinhança, no impacto de um empreendimento. Não são instrumentos da mesma natureza.

Sobre o § 2º do art. 8º, faço um apelo para que o Governo revise sua posição de mantê-lo.

Acredito que superada essa divergência, a maioria dos acordos construídos aqui vai fazer do Projeto – que já é um bom Projeto, com exceção desse item – um bom Projeto, pois ele incorpora muitas situações, mas precisamos conseguir que, de fato, a população que tem direito, sim, de ao mesmo tempo de ver a sua Cidade crescendo, de ver preservada a paisagem, preservado o direito de todos à boa posição solar, a um trânsito que flua. Muitas vezes, nesta Cidade – isso o EIV vai trazer, óbvio que outros instrumentos existem, mas o EIV vai trazer o impacto de trânsito no local, e o que a gente está sentindo talvez seja um dos maiores problemas. Nós temos empreendimentos enormes sendo aprovados: cito agora o que vai substituir o Olímpico, onde não avaliaram o impacto do trânsito no entorno.

Encerro dizendo que acredito que estamos numa excelente construção, porque, há pouco tempo, não se admitia nesta Cidade que se regulamentasse EIV. Houve quem votasse contra a Emenda que colocou o EIV no Plano Diretor. Então, acho que isso foi uma grande vitória da revisão do Plano Diretor; perdemos outras, mas o EIV previsto no Plano Diretor e agora regulamentado por Lei Ordinária será um grande passo para que cresçamos com harmonia em Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver.^a Sofia Cavedon.

O Ver. Toni Proença está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/11.

O SR. TONI PROENÇA: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, quero fazer uma saudação especial aos membros do Fórum de Entidades, que hoje estão aqui, de novo, vigilantes pelas sugestões que apresentaram para melhorar o Projeto que o

Governo envia. Ver. João Antonio Dib, até falamos sobre isso. Na verdade, eu assino apenas uma Emenda, que não é minha, é do Fórum de Entidades, que busca modificar o texto do § 2º do art. 8º, que diz que o órgão responsável pela aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança poderá dispensar – atenção, Ver. João Antonio Dib! – a sua realização, motivadamente, desde que demonstrado que a avaliação dos seus impactos possa ser realizada através de EVU, com a anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Essa não é a atividade do Conselho; a atividade do Conselho é o controle social sobre o planejamento urbano. Para isso o Conselho é eleito e para isso o Conselho está lá. Portanto, aproveitar o Conselho para justificar a dispensa do EIV não é, na minha opinião, uma boa solução para a dispensa do EIV. Se estamos fazendo, depois de muito estudo...

E quero aqui louvar a atitude do Executivo Municipal, que manda um Projeto de Lei que vai exigir a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança na cidade de Porto Alegre, conforme legislação federal. Não podemos dar, aos técnicos da Secretaria, muito menos ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, o direito de dispensar a apresentação e a realização do EIV. Falei isso ao Secretário Márcio Bins Ely, que ali está, mas, desta vez, não consegui sensibilizar o Governo. Portanto, vou manter a Emenda e vou trabalhar junto aos Vereadores e Vereadoras para que a gente possa aprovar a Emenda que derruba esse artigo. Porque, aprovada a lei com esse artigo, nós estaremos dando, aos técnicos da Secretaria do Planejamento e ao Conselho Municipal, um poder que extrapola o Projeto de Lei, pois o Projeto de Lei exige a realização do EIV e, mais do que isso, o Conselho Municipal e os técnicos da Secretaria do Planejamento não estarão, na verdade, exercendo o direito da vizinhança, e é para isso que serve o Projeto. Ou seja, os vizinhos, os impactados pelo projeto que será aprovado por dispensa de realização do EIV, não terão como se manifestar. E vejam que muitos dos membros do Fórum de Entidades são conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, e eles mesmos se deram conta de que este não é um bom artigo, e de que daremos aos técnicos – de novo, com a anuência do Conselho – a possibilidade da não realização do EIV. Ou seja, os vizinhos, aqueles que sofrerão o impacto, não terão como se manifestar quando não

houver a realização do Estudo de Impacto de Vizinhança. Por isso a Emenda que, na verdade, suprime todo o § 2º do art. 8º da Lei. Assim, lealmente, Secretário Márcio Bins Ely, vamos militar pela aprovação da Emenda, e conto com o Ver. João Antonio Dib para que possamos, juntos, sensibilizar o Governo de que esse artigo, esse parágrafo derruba toda Lei no momento em que dá arbitrariedade aos técnicos da Prefeitura, com a anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

Conto com os Vereadores e conto com a Liderança do Governo para se somarem nesta luta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.).

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Beto Moesch está com a palavra para discutir o PLCE nº 003/11.

O SR. BETO MOESCH: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o plenário já está bastante esvaziado, mas penso que é importante me pronunciar. Estão aqui ainda o Líder do Governo, o Ver. João Antonio Dib, e o Secretário Marcio Bins Ely.

O Estudo de Impacto de Vizinhança surgiu após 11 anos de discussão no Congresso Nacional – foram 11 anos de discussões no Congresso Nacional –, dentro do Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade é uma norma que visa fazer com que o desenvolvimento urbano contemple a inclusão social, o transporte – que é um tema muito caro para o Ver. João Antonio Dib –, a proteção do meio ambiente, não só o meio ambiente natural, mas o ambiente antrópico, cultural, paisagístico, enfim, busca a harmonização do desenvolvimento da Cidade e a regularização fundiária, adequadamente falando.

O Estudo de Impacto de Vizinhança é um instrumento decorrente de uma experiência positiva no Brasil, embora muitos sejam contrários, que é o EIA-RIMA, o Estudo de Impacto Ambiental, no que diz respeito à transparência dos empreendimentos, sejam empreendimentos públicos ou privados. Só que o EIA-RIMA atende apenas às grandes obras, aos grandes empreendimentos, aqueles que interferem drasticamente nos recursos naturais e, mais tarde, de

uns tempos para cá, causam impactos no meio urbano de forma macro: uma hidrelétrica, uma usina termoelétrica, um aeroporto, um *shopping center* numa área urbana, uma estrada, uma grande avenida, nesses casos nós vamos buscar, e aí a legislação oferece – e oferecia, até então, para os grandes empreendimentos –, o EIA-RIMA, o Estudo de Impacto Ambiental e o seu relatório específico.

Porto Alegre avançou, ainda em 1999, quando criou um outro instrumento, que é o RIA – Relatório de Impacto Ambiental, que é um EIA-RIMA mais simplificado. Daí, então, empreendimentos, digamos, de médio para grande porte, na Cidade, passaram a atender a esse rito.

Mas nós não tínhamos, Ver. Toni Proença, e ainda não temos, em Porto Alegre, e não sei se alguma cidade tem, um instrumento para pequenos empreendimentos, para o impacto do vizinho: o EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança, para os pequenos empreendimentos. Não é para os grandes empreendimentos, para isso nós já temos os outros instrumentos, que são o EIA-RIMA e o RIA. Nós precisamos garantir transparência, como consta no Estatuto da Cidade. No Estatuto da Cidade consta claramente que as obras que interferem na Cidade devem ter transparência, o art. 37 do Estatuto da Cidade diz: “Dar-se-á publicidade”. Não quer dizer que os vizinhos vão ter poder de decisão, mas eles vão ter o direito à informação de que, por exemplo, um prédio vai substituir uma casa unifamiliar e vai haver uma alteração no quarteirão. Essa pessoa tem o direito, assim como para os grandes empreendimentos, de tomar conhecimento e poder participar não da decisão, mas do transcorrer da obra, antes e depois, ou seja, ela vai ficar sabendo, vai se fazer uma reunião, muito simples, uma reunião comunitária, onde vai ser apresentada a obra antes de ser autorizada, como para as grandes obras, através do EIA-RIMA e do RIA.

Portanto, Ver. Dib, nós temos que parabenizar, sim, o Executivo, por apresentar o EIV. Eu não sei qual cidade tem o Estudo de Impacto de Vizinhança, mas nós precisamos garantir algumas Emendas, pelo seguinte: o EIV, como está apresentado, na prática, Secretário Márcio Bins Ely, não vai funcionar, porque, para os grandes empreendimentos, Sra. Presidente, nós já temos o EIA-RIMA e o RIA; então, quando o EIV é obrigatório pelo Projeto de

Lei, nós já temos ou o EIA-RIMA ou o RIA. Nós não podemos trocar seis por meia dúzia. Nós temos que garantir o EIV para aquilo que o EIA-RIMA ou o RIA não fazem, que são os empreendimentos menores. Um exemplo: uma casa unifamiliar é substituída por um edifício de 17 andares; tem que ter o EIV, porque o EVU, Ver. Márcio Bins Ely, não substitui o EIV, o EVU não é transparente. Ele é importante e fundamental, mas o EVU faz os estudos, tem que ser aprovado pelo Conselho do Plano Diretor, mas a sociedade não participa, ela não acompanha, como o EIV garante. Por isso, as Emendas são necessárias para garantir a participação da sociedade e a transparência da obra, também das de pequeno porte. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Não havendo mais quem queira discutir o PLCE nº 003/11, dou por encerrada a discussão do referido Projeto.

Visivelmente, não há quórum, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h45min.)